

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO

JÉSSICA TAINAH DA SILVA BOTELHO

**CENTRO POPULAR DO AUDIOVISUAL: resistências e reexistências na  
Comunicação Ecológica**

Manaus/AM  
2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO

**Jéssica Tainah da Silva Botelho**

CENTRO POPULAR DO AUDIOVISUAL: resistências e reexistências na Comunicação  
Ecosistêmica

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação da Universidade Federal do Amazonas, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestre em Ciências da Comunicação.

Orientador(a): Profa. Dra. Rosimeire de Carvalho Martins.

Manaus/AM  
2019

## Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

B748c Botelho, Jéssica Tainah da Silva  
CENTRO POPULAR DO AUDIOVISUAL: resistências e reexistências na Comunicação Ecológica / Jéssica Tainah da Silva Botelho. 2019  
92 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Rosimeire de Carvalho Martins  
Dissertação (Mestrado em Ciência da Comunicação) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Comunicação popular. 2. Educação não formal. 3. Ecossistemas comunicacionais. 4. movimentos sociais. I. Martins, Rosimeire de Carvalho II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

*Dedico este trabalho à Sandra Soraia Correa da Silva, ativista pelos Direitos Humanos, assistente social e minha mãe, por ter me ensinado o valor da empatia, o sentido da união na luta por justiça social e a ter inquietude e esperança para fazer desse mundo um lugar melhor.*

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, agradeço aos companheiros e companheiras do Centro Popular do Audiovisual e Coletivo Difusão por me permitirem remexer em um emaranhado de vivências, sonhos e batalhas e por continuarem firmes frente a tantas adversidades e ameaças aos que defendem os Direitos Humanos na Amazônia: Michelle Andrews, Juliana Pesqueira, Caio Mota, Paulo Trindade e Hemanuel Veras.

Ao meu companheiro de vida e de luta, Allan Gomes, por ser meu esteio.

À minha família, por ser a minha inspiração e por todo amor que me permite ir cada vez mais longe.

Aos amigos queridos Suelen Tourinho e Brunno Eigon, pelo carinho e cuidado em momentos tortuosos.

Às queridas Thalita Coelho e Nicole Guimarães, pela compreensão na jornada acadêmica e por terem sido apoio fundamental neste trabalho.

Aos colegas da turma de mestrado PPGCCOM 2016, especialmente Gabriel Oliveira, por partilhar os desafios e superações desta trajetória que se encerra.

Por fim, agradeço à minha orientadora, professora Rosimeire de Carvalho Martins, pela paciência e por tornar este caminho mais leve e afetuoso.

*Gosto de ser gente porque a história em que me  
faço com os outros e de cuja feitura tomo parte é  
um tempo de possibilidades, e não de  
determinismo.*

*Paulo Freire*

## RESUMO

O presente trabalho analisa o processo de formação em comunicação popular do Centro Popular do Audiovisual (CPA) ao longo de 2017, buscando traçar o ecossistema que se desenvolve a partir deste, no intuito de compreender como os movimentos coletivos na atualidade utilizam educação e comunicação enquanto estratégia para ação política e em que medida os parceiros institucionais e públicos assimilam proposta e metodologia da formação. O ponto de partida é a reflexão acerca da interface entre comunicação e educação para a promoção da cidadania com vistas à autonomia dos indivíduos e pautada na luta de movimentos sociais em um espaço não formal de educação. Os resultados indicam sugestões que visam ao aprimoramento da formação oferecida e a institucionalização do Centro Popular do Audiovisual, bem como revela ações e caminhos possíveis para organizações sociais coletivas potencializarem suas lutas com base na experiência individual e coletiva.

**Palavras-chave:** Comunicação Popular; Educação Não Formal; Ecossistemas Comunicacionais; Movimentos Sociais.

## **ABSTRACT**

The present work analyzes the process of formation in popular communication of the Centro Popular do Audiovisual (CPA) throughout 2017, seeking to trace the ecosystem that develops from this one, in order to understand how the collective movements at present use education and communication while strategy for political action and to what extent the institutional and public partners assimilate the training proposal and methodology. ~~The starting point is the reflection about the interface between communication and education for the promotion of citizenship with a view to the autonomy of individuals and based on the struggle of social movements in a non formal space of education.~~ The results indicate suggestions aimed at improving the formation offered and the institutionalization of the Centro Popular do Audiovisual, as well as revealing possible actions and paths for collective social organizations to potentiate their struggles based on individual and collective experience.

**Keywords:** Popular Communication; Non formal Education; Communicational Ecosystems; Social Movements.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Indícios para crise de confiança na mídia segundo pesquisa Trust Barometer.	29
Figura 2 - Edições impressas do jornal Voz das Comunidades .....	33
Figura 3 - Indígena participando de cobertura colaborativa pela Mídia Índia .....	34
Figura 4 - Logotipo da Mídia Índia destacando identidade visual indígena .....	35
Figura 5 - Filmes produzidos por indígenas do projeto Vídeo nas Aldeias .....	40
Figura 6 - Atividade do projeto Inventar com a Diferença em escola pública de Manaus....	41
Figura 7 - Primeira divulgação do CPA no Facebook .....	42
Figura 8 - Ecossistema de parceiros do CPA.....	60
Figura 9 - Ephraim Lisboa (parceiro) apresentando cineclubes sobre conscientização e prevenção HIV/Aids. Manaus/AM. Setembro, 2017.....	66
Figura 10 - Oficina para Jovens Comunicadores do Jau e Unini. Novo Airão/AM. Fevereiro, 2017.....	67
Figura 11 - Oficina de fotografia em comunidade Munduruku. Teles Pires, MT. Outubro, 2017. ....	68
Figura 12 - Crianças, jovens e adultos construindo mapeamento do Parque Naci- onal do Jaú. Novo Airão, AM. Fevereiro, 2017. ....	69
Figura 13 - Exibição do documentário “Noite Suja” em parceria com Faculdade Estácio FAP (Belém/PA). Manaus/AM. Maio, 2017. ....	71
Figura 14 - Paulo Trindade na preparação do almoço durante aniversário de um colaborador do CPA. Manaus/AM. Março, 2017.....	72
Figura 15 - Professor Fernando Masanori (à esquerda) ministrando aula no CPA.....	73
Figura 16 - Aula do workshop de <i>videomapping</i> ocupando o Largo de São Sebastião, Manaus .....	75
Figura 17 - Curso de Produção Audiovisual na comunidade Parque das Tribos. Manaus/Maio, 2017.....	75
Figura 18 - O potencial transformador do audiovisual - do consumo à ação coletiva .....	76

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Tipos de aprendizagem.....	24
Tabela 2 - Atividades do Centro Popular do Audiovisual acompanhadas <i>in loco</i> .....	49
Tabela 3 - Amostradeentrevistadosdivididosportiposdeentrevistaecategorias .....	50
Tabela 4 - Conteúdos relacionados ao CPA coletados e analisados .....	51
Tabela 5 - Lista de parceiros do Centro Popular Audiovisual em 2017, por ordem cronológica das ações.....	57

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>1</b>	<b>INTERFACE ENTRE EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO</b> .....	17
1.1	EDUCAÇÃO? EDUCAÇÕES. ....	17
1.1.1	<b>Educação Formal</b> .....	18
1.1.2	<b>Educação para emancipação: o caso do MST</b> .....	21
1.1.3	<b>Educação não formal</b> .....	22
1.2	O QUE É COMUNICAÇÃO? .....	26
1.2.1	<b>Mídia e informação</b> .....	28
1.2.2	<b>Comunicação como ferramenta de luta</b> .....	30
1.2.3	<b>Narrativas que partem da identidade social</b> .....	32
1.3	EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA PERSPECTIVA DA AUTONOMIA ..	35
1.4	O CENTRO POPULAR AUDIOVISUAL .....	37
1.4.1	<b>A história antes da história: o Coletivo Difusão</b> .....	37
1.4.2	<b>A criação do Centro Popular do Audiovisual</b> .....	38
<b>2</b>	<b>O CAMINHO TRILHADO</b> .....	43
2.1	O PONTO DE PARTIDA: A VISÃO ECOSSISTÊMICA .....	43
2.2	ONDE QUERO CHEGAR .....	45
2.3	O CAMINHO QUE PERCORRI .....	46
2.4	PROCEDIMENTO .....	46
2.5	DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA .....	47
2.6	O ECOSSITEMA DO CPA.....	51
<b>3</b>	<b>ENTRE DISCURSO E PRÁTICA: RESULTADOS DA ANÁLISE DO CPA</b> .....	62
3.1	LIÇÕES PARA UMA ATUAÇÃO EMPODERADORA.....	65
3.2	PROBLEMAS E DESAFIOS .....	78
3.3	SOLUÇÕES .....	82
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	85
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	89

## INTRODUÇÃO

Um constante exercício de olhar cuidadosamente o mundo que me circunda foi o ponto de partida para perceber nos processos de formação desenvolvidos no Centro Popular do Audiovisual um ecossistema vivo e pulsante, com elementos suficientes para me provocar a repensar o papel da educação e fornecer pistas para um novo agir em comunicação.

Olhar para si cuidadosamente também foi fundamental. Refletir sobre qual meu papel nesse mundo, sobre as contribuições que posso fazer dentro dos contextos em que me percebo parte e, mais profundamente, pensar de que forma posso colaborar na construção do conhecimento para além dos muros da Academia foram raciocínios que me levaram a produzir esta pesquisa.

Em meados do ano de 2016, me vi integrando um grupo de jovens e consolidando um projeto construído coletivamente. Ali, percebi que havia uma visão crítica e um esforço conjunto que começam na vivência, são levados ao ativismo em movimentos sociais e têm potencial transformador no combate às injustiças e desigualdades sociais históricas. Dei-me conta de que diante de mim estava um possível tema de estudo científico, uma trama complexa de saberes que se interconectam em um espaço.

Pensar educação e comunicação, tendo como ponto de partida a minha experiência no Centro Popular do Audiovisual, foi o caminho natural para buscar respostas sobre novas possibilidades de práticas educativas, sobre um campo de atuação profissional para comunicadores e sobre onde podemos encontrar novas potencialidades para o ativismo.

Minha trajetória no universo da pesquisa já havia passado por uma reflexão próxima. Na graduação me propus a estudar novas possibilidades de ensino de jornalismo, analisando a trajetória do Laboratório Experimental de Jornalismo em Rede da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), o Lab F5. Na oportunidade, pude contribuir para o registro e consolidação de um projeto de ensino conectado às aceleradas mudanças mediadas pela internet, fazendo a defesa de um modelo pedagógico que incentiva o espírito criativo de estudantes na proposição de novos formatos, narrativas e ferramentas jornalísticas, no sentido de reconhecer, respeitar e aprimorar o exercício do jornalismo como instrumento para fortalecer a democracia. Minha contribuição foi provocar a Academia a refletir sobre a necessidade de projetos inovadores e de encontrar respostas às mudanças ao incentivar uma relação saudável entre os corpos docente e discente da Universidade.

Logo, depois de analisar um espaço formal de educação, considerei o Centro Popular do Audiovisual como tema de estudo por perceber a minha atuação e de outros colegas da Comunicação Social, formados também pela UFAM, em um espaço não institucionalizado pelo Estado, mas que se conecta a outras organizações para desenvolver suas ações em diferentes

temáticas. Esse cenário me instigava perguntas como: qual o propósito da comunicação para sociedade? A partir de iniciativas como o CPA, o que podemos apreender sobre processos de formação? Quais as contribuições do CPA e a quem se endereçam?

No entanto, havia uma deficiência minha no campo da Educação. Para auxiliar na investigação científica sobre um espaço não formal de educação, sobre processos de formação e práticas educativas era necessário consolidar um repertório específico nesse campo para, então, me propor a produzir conhecimento a partir do meu tema de estudo. Nesse esforço, tive êxito nos estudos da disciplina Educação, Cultura e Desafios Amazônicos oferecida pelo Programa de Pós-graduação em Educação da UFAM. A partir do arcabouço teórico ao qual tive contato por meio da disciplina, pude direcionar a presente pesquisa para uma discussão qualificada também no campo da Educação.

Outro fator que me instigou a realizar esta pesquisa é a quantidade incipiente de pesquisas realizadas na temática da educação não formal na UFAM. No levantamento realizado na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da instituição não encontrei nenhuma menção ao termo “educação não formal”<sup>1</sup> em títulos, palavras-chave ou resumos de trabalhos acadêmicos. Uma nova busca, focada especificamente nas áreas de Educação e Comunicação, também não localizou nenhum trabalho. O que me leva a ratificar a importância das provocações e olhares que levantarei com esta pesquisa.

A história dos movimentos sociais no Brasil enfrenta mudanças e se reconfigura desde a sua emergência durante a Ditadura Militar (1964-1985); na abertura de novas possibilidades com o processo de redemocratização, firmada na promulgação da Constituição Federal em 1988; e, a partir dos anos 2000, com o estabelecimento de uma sociedade fortemente mediada por tecnologias de informação e comunicação (CASTELLS, 1996). Em todos esses momentos, os movimentos sociais não se furtaram à sua missão de representar a sociedade civil em toda sua diversidade, reinventando seu modo de agir para se adequar ao contexto sociopolítico corrente.

A comunicação, em variados níveis, é utilizada dentro dos movimentos coletivos como estratégia fundamental tanto para alcançar seus objetivos específicos (Reforma Agrária, demarcação das terras indígenas, por exemplo) quanto para o reconhecimento das suas lutas. Por outro lado, trabalhar a construção da “base” (aqueles sujeitos que darão continuidade à luta), por meio de processos de formação baseados em uma pedagogia voltada à autonomia e emancipação do educando é imprescindível para vislumbrar um futuro possível. A comunicação

---

<sup>1</sup> Disponível em: <http://rii.ufam.edu.br/>>. Acesso em: 20 de mai. de 2017.

como ferramenta estratégica e a educação da base são dois aspectos diferentes, mas que se interconectam na conjuntura da ação política dos movimentos sociais.

Comunicação e educação são dois sistemas essenciais para sociedade por possibilitarem o estabelecimento de relações de dialogicidade e inteligibilidade. Há algum tempo que essa interface entre comunicação e educação no bojo de movimentos sociais é foco de pesquisas na área de ciências da comunicação, porém ainda resiste a carência de um olhar para Amazônia.

Percebi na construção e no desenvolvimento do processo de formação em comunicação popular do CPA, cuja atuação é voltada para juventude de grupos sociais historicamente marginalizados (entre os quais população LGBT, população negra, portadores de HIV/Aids, mulheres) e grupos sociais amazônicos (indígenas, ribeirinhos e extrativistas), uma oportunidade de localizar o referido debate dentro do nosso contexto regional.

O Centro Popular do Audiovisual iniciou suas atividades em meados de 2016, mas sua trajetória de criação remonta à história do Coletivo Difusão que nasceu da vontade de um grupo de jovens da periferia manauara em produzir cultura fora do eixo comercial e integra diferentes tipos de arte (GOMES, 2016). O audiovisual, tanto como produção experimental quanto como debate, se tornou um dos principais focos do grupo. Desenvolver a formação em comunicação popular, principalmente na linguagem audiovisual, das juventudes amazônicas para além das habilidades técnicas, com perspectiva voltada aos Direitos Humanos, foi uma necessidade patente observada pelo grupo. Ao longo dos dez anos em que se desdobraram em diversas frentes, inclusive originando outros grupos, o Coletivo Difusão maturou a ideia de criar esse espaço de formação libertária até encontrar subsídios que o permitisse, de fato, implementá-lo.

O projeto do Centro Popular do Audiovisual foi estruturado e recebeu financiamento da Fundação Banco do Brasil - instituição nacional sem fins lucrativos vinculada ao Banco do Brasil, que atua na identificação e mobilização em prol do desenvolvimento sustentável de comunidades brasileiras. A partir daí, com o trabalho de colaboradores e parceiros de diferentes contextos e segmentos profissionais, o Centro Popular do Audiovisual cria um ecossistema para desenvolver as primeiras ações como organização social em torno do objetivo de provocar a juventude a comunicar-se com autonomia e exercer seu papel enquanto sujeitos sociais e políticos.

Peruzzo afirma que a elaboração de parcerias entre as organizações sociais, órgãos públicos municipais, estaduais e federais, empresas, organizações não governamentais (ONGs) e outras instituições pretende obter uma eficácia ainda maior na solução de problemas concretos através de canais que potencializam diversas práticas, seja apresentando propostas, contribuindo para formulação e execução de projetos e programas ou interferindo positivamente “para que as políticas públicas sejam direcionadas em conformidade com a necessidade e os anseios da população” (1998, p. 43). Ou seja, no momento em que o CPA se conecta a outros atores sociais e

parceiros institucionais que partilham da mesma visão política, seu trabalho é maximizado para outras conjunturas além de Manaus, onde está localizada sua sede.

Com o intuito de atuar na capacitação de jovens de periferia, ênfase na conscientização sobre Direitos Humanos e combate às discriminações, o Centro Popular do Audiovisual, em Manaus, situa-se na definição de espaço de educação não formal (GOHN, 2011), oriundo de experiências de movimentos sociais e que atende a demandas específicas identificadas por setores da sociedade civil organizada.

Outro fator que chamou atenção e me levou a observar o Centro Popular do Audiovisual como terreno fértil para estudos é a compreensão dos integrantes sobre uma identidade amazônica e a necessidade de articular ações e projetos para além do ambiente urbano. A objetividade que um modelo prevalente de ciência requer talvez nos tenha endurecido e nos levado a desconsiderar essa afetividade como fonte de conhecimento quando nos propomos a desenvolver pesquisa na e sobre a Amazônia. Os paradigmas e modelos científicos vigentes por muito tempo ignoraram os saberes tradicionais e populares de povos antes vistos como objetos assujeitados, denotando uma relação voraz - e não recíproca - entre sujeitos de um mesmo espaço.

Ser amazônica é característica que vai além do nascimento de uma pessoa na Amazônia enquanto localização geográfica. Ser amazônica é desenvolver vivências por meio da afetividade com um território, que se exprime pela terra, considerada sagrada, pelos indígenas; a água, a floresta na composição de uma cosmologia ainda asfixiada.

A sociedade está em constante processo de transformação, por isso o campo científico da Comunicação não chega a um esgotamento dos objetos de pesquisa. Nesse sentido, a visão ecossistêmica pode auxiliar a alcançar novas possibilidades e traçar outros caminhos para produção de conhecimento sobre o que não é regularmente estudado. Nesse cenário, busquei analisar, com base na proposta ecossistêmica, o processo de formação em comunicação popular desenvolvida pelo Centro Popular do Audiovisual no ano de 2017.

O procedimento metodológico ocorreu, numa primeira fase, na pesquisa bibliográfica onde pude explorar os campos do conhecimento que se interconectam no objeto de estudo. Em seguida, parti para pesquisa exploratória a fim de coletar dados para análise qualitativa, utilizando como instrumentos de coleta de dados: observação participante, entrevistas e análise de conteúdo.

A pesquisa está organizada em três capítulos. O primeiro capítulo trata da interface entre educação e comunicação como exercício de poder e como ferramentas no enfrentamento à desigualdade social, apresentando o Centro Popular do Audiovisual como exemplo e objeto de estudo ao percorrer brevemente as vivências das pessoas que o integram. Parti do entendimento sobre a influência de forças políticas e econômicas na educação (FRIGOTTO, 2003; FRIGOTTO; GENTILI, 2011; MÉSZARÓS, 2008; PARO, 2008) e pelo movimento social como princípio

educativo (CALDART, 2000). Recorro também aos conceitos de pedagogia da autonomia (FREIRE, 1996) e de educação não formal (GOHN, 2011). Da mesma maneira, encontrei nos escritos sobre Comunicação Popular a cidadania como ponto comum (PERUZZO, 1998; GIANNOTTI, 2016).

No segundo capítulo apresento o roteiro teórico-metodológico utilizado para delinear e analisar as práticas político-comunicacionais do Centro Popular do Audiovisual, examinando as ações e parcerias para verificar se é um modelo ecossistêmico e a fim de refletir sobre os novos contornos possíveis e necessários em termos de comunicação, educação e luta social. Num cenário em que se problematiza o lugar de fala (RIBEIRO, 2017) de quem produz e dissemina informação, é salutar que a Academia se empenhe em estudar a sociedade não como um fato determinado e finito, mas como um conjunto de contextos que se interconectam de acordo com circunstâncias e interesses, assim o fiz nesta pesquisa.

No terceiro capítulo meu objetivo é mapear possibilidades de ação política em organizações coletivas a partir do volume de experiências acumuladas na recente trajetória do Centro Popular do Audiovisual. Me concentro em realizar um diagnóstico da atuação da organização, a partir da análise entre discurso e prática (o que funciona, quais problemas se apresentam como impeditivos para uma atuação mais significativa ou o que deixa de ser realizado). O objetivo é apontar soluções práticas que possam retornar ao grupo e demonstrar práticas e conhecimentos que possam ser aproveitados por outras organizações coletivas.

## **1. INTERFACE ENTRE EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO**

### **1.1. Educação? Educações.**

Na história da humanidade, a educação se consolidou como processo sociocultural necessário para existência, manutenção ou mudança da sociedade. As práticas educativas se dão em todas as etapas da vida - na convivência em família, na escola, no mundo do trabalho, nas comunidades em que estamos inseridos. Nossa vida, socialmente construída, se estabelece em torno de relações interpessoais em diversos espaços, onde desempenhamos um papel específico em cada um, nos levando a realizar trocas simbólicas que, gradativamente, nos formam enquanto sujeitos sócio-históricos-culturais. Essas trocas têm diferentes contextos e, portanto, objetivos e experiências específicos. O fator comum é a apropriação de elementos culturais para o desenvolvimento de potencialidades, habilidades e valores. “Seja em casa, na rua, na igreja estamos continuamente aprendendo e ensinando” (BRANDÃO, 2017).

De acordo com Paro (2014), esse processo de apropriação cultural, por meio do qual se aprende e se ensina, confere uma natureza política ao ser humano. Política justamente porque, desde seu nascimento até sua morte, o ser humano produz convivência entre pessoas e grupos por meio do diálogo ou da dominação. Assim, não podemos analisar o indivíduo de forma isolada, de modo que há diversidade em concepções de educação.

Tomemos a Amazônia como exemplo: é possível compreender o sujeito a partir da heterogeneidade espacial e sociocultural da região. A densidade desta imensa floresta não está apenas na sua biodiversidade, mas também nos saberes das pessoas que a habitam há tempos e na forma de repassar tais saberes às gerações seguintes. Isso é educação.

Freitas Pinto (2006) defende a ideia de que o pensamento social sobre a Amazônia foi construído com base na noção de imobilismo social e do conservadorismo romântico enxergando-se em um sistema de ações que submete a região ao atraso e a impossibilidade. Quando assumimos que a educação está diretamente relacionada à vivência dos indivíduos, surge no horizonte a possibilidade de reconstruir certo tipo de conhecimento gestado na identidade dos povos existentes em suas múltiplas formas de organização social e cultural, refundando o pensamento social sobre a Amazônia numa perspectiva amazônida. Através dessas identidades, seguimos (nós, amazônidas) criando e recriando signos e significados para tecer a história da Amazônia.

Por ser um território de pluralidade étnica, há variedade significativa em vivências educacionais na região. A educação indígena, por exemplo, reflete a ação pedagógica pautada no respeito à cultura indígena em toda sua complexidade. Os estudos de Melià (1979; 1999) indicam que essa educação permite aos povos indígenas que “continuem sendo eles mesmos

e mantenham a transmissão de suas culturas por gerações” (MELIÀ, 1999, p. 11).

No entanto, é importante estabelecer a discrepância entre dois tipos de educação no âmbito indígena, cada uma representando um diferente projeto pedagógico: a educação indígena e a educação para o indígena. A primeira é baseada na perspectiva de respeito e liberdade dos educandos serem quem são. Uma educação gerada no cotidiano, para o cotidiano, busca a preservação e incorporação dos saberes tradicionais e a valorização da cosmovisão da tribo, envolvendo-a como comunidade educativa; a segunda está fundada no colonialismo cultural, uma visão eurocêntrica que enxerga os povos indígenas como primitivos, forçando conhecimentos, habilidades e à expressão da fala por uma língua nacional. Ou seja, é uma educação desconectada da realidade indígena, que negligencia o cotidiano, os interesses e os saberes do indígena. “Enquanto a educação indígena se processa sempre em termos de continuidade, a educação para o indígena pretende estabelecer a descontinuidade e a ruptura com o tempo anterior” (MELIÀ, 1979, p. 03).

Das lições que podemos apreender da educação indígena, estão a valorização das suas raízes culturais, o envolvimento da comunidade, práticas pedagógicas cujo exercício da alteridade é um fim e uma educação baseada na vivência cotidiana. Pelo fato de não haver possibilidade de compreensão do indivíduo apartado da sua realidade social é que existe diversidade em tipos, modelos e concepções de educação (mesmo que em contexto específico, como no caso da educação indígena), como educação especial, educação de jovens e adultos, educação popular, educação ambiental etc. O foco deste estudo está direcionado aos processos de formação em um espaço de educação não formal. Entretanto, devemos antes compreender a configuração da educação formal como a temos na atualidade.

### **1.1.1. Educação Formal**

A educação formal é um tipo de educação institucionalizada pelo Estado, com fases de ensino cronologicamente planejadas e com organização hierarquizada, que supõe indivíduos semelhantes confinados em um espaço, cuja estrutura é pensada a fim de habilitar técnica e socialmente para o trabalho. De acordo com o segundo artigo da Lei de Diretrizes e Bases Nacionais da Educação (LDB - Lei nº9.394/1996), a responsabilidade da educação é da família e do Estado, sua finalidade é “o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (LDB, 2017). Para Frigotto (2006) essa configuração subordina, controladamente, a função social da educação, para responder às demandas do capital.

No Brasil, a regulamentação da educação formal, desde o ensino infantil até o superior, é

dividida entre as três esferas do poder público - federal (Ministério da Educação e Conselho Nacional de Educação), estadual e municipal (secretarias e conselhos de Educação), onde cada um tem seus deveres estipulados a partir da Lei de Diretrizes e seguem orientações de acordo com as diretrizes da Base da Educação Nacional e dos Parâmetros Curriculares Nacional.

Mészáros (2008, p. 35) tece longa crítica ao modelo educacional limitado a reproduzir, através de um processo de internalização dos educandos, a lógica do capital. Para ele, a educação formal foi construída ao longo da história para ser mais uma peça do sistema econômico.

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na ‘internalizada’ (isto é, pelos indivíduos devidamente ‘educados’ e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostos.

Por ser uma peça estratégica no sistema capitalista e limitada dentro da sua própria institucionalização, a educação formal está, por consequência, subjugada ao projeto político vigente. De modo que, ainda que a educação formal esteja profundamente ligada à lógica capitalista de “prestação de serviço” e “mercadoria”, as estratégias utilizadas para oferecê-la à sociedade estão relacionadas ao alinhamento político de quem assume o poder. “Uma das funções principais da educação formal nas nossas sociedades é produzir tanta conformidade ou “consenso” quanto for capaz, a partir de dentro e por meio dos seus próprios limites institucionalizados” (MÉSZARÓS, 2008, p. 45).

Para traçar um quadro comparativo, nos anos 2000 foi construído e institucionalizado o Programa Nacional de Direitos Humanos<sup>2</sup>, criado para atingir metas como a erradicação da fome e da pobreza; fortalecimento da interação entre Estado e sociedade civil; modernização do sistema de segurança pública, acesso à Justiça e combate à violência. Entre suas diretrizes, abarcava metas específicas para educação a serem estruturadas e executadas por diferentes pastas ministeriais num esforço conjunto de fortalecer a cultura de direitos no Brasil. Isso tudo culmina na implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), em 2010.

Já o projeto político que entra em cena, via processo eleitoral no ano de 2018, evidencia a educação como exercício do poder alinhado ao projeto político daqueles que chegam às esferas

---

<sup>2</sup> Brasil. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3). Brasília: SEDH/PR, 2010.

governamentais e se tornam tomadores de decisões. Destacamos alguns pontos que ilustram o pensamento que tendem a conduzir as políticas públicas de educação nos próximos anos:

- Viés conservador e moralista de autoridades governamentais<sup>3</sup>;

Pretendo colocar a elaboração de normas no contexto da preservação de valores caros à sociedade brasileira, que, na sua essência, é conservadora e avessa a experiências que pretendem passar por cima de valores tradicionais ligados à preservação da família e da moral humanista. (Ricardo Vélez Rodríguez, ministro da Educação, 2018).

- Perseguição a uma suposta “ideologia de gênero” nas escolas;

(...) combater a ideologia de gênero, conservando nossos valores. (Jair Bolsonaro, presidente da República, 2018).

- A negação da ciência, em diferentes campos do conhecimento, como base para problematizações e soluções para sociedade, com a justificativa também ideológica<sup>4</sup>;

[O MEC tornou] os brasileiros reféns de um sistema de ensino alheio às suas vidas e afinado com a tentativa de impor à sociedade uma doutrinação de índole cientificista e enquistada na ideologia marxista. (Ricardo Vélez Rodríguez, ministro da Educação, 2018).

- Educação como mercadoria: propostas como cobrar mensalidade na universidade pública e investir na distribuição de “vales” para que as famílias possam escolher e matricular seus filhos em escolas privadas, cujo maior incentivo dentro da equipe de governo vem do ministro da Economia, Paulo Guedes. Durante a campanha eleitoral, Jair Bolsonaro recebeu apoio da Federação Nacional das Escolas Particulares (Fenep) para construir as propostas na área da educação<sup>5</sup>. O setor segue articulando uma relação próxima com o novo governo.

Atentar para educação no plano das relações socioeconômicas demonstra como esse campo tem se tornado alvo de uma disputa hegemônica por ser ela mesma constituinte das esferas da vida social. Chama atenção também o fato de que problemas estruturais da educação formal no

<sup>3</sup> Reportagem “Do ensino básico ao Enem, o que o futuro ministro de Bolsonaro pode mudar na Educação” Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/24/politica/1543016372\\_088607.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/24/politica/1543016372_088607.html)>. Acesso em: nov. de 2018

<sup>4</sup> Artigo “Quem é quem no bilhar do novo Ministério da Educação?” Disponível em: <[https://www.vice.com/pt\\_br/article/qvqypw/quem-e-quem-no-bilhar-do-novo-ministerio-da-educacao](https://www.vice.com/pt_br/article/qvqypw/quem-e-quem-no-bilhar-do-novo-ministerio-da-educacao)>. Acesso em: nov. de 2018

<sup>5</sup> Notícia “Escolas particulares oferecem a Bolsonaro ajuda pra montar programa” Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/escolas-particulares-oferecem-a-bolsonaro-ajuda-para-montar-programa/>>. Acesso em: nov. de 2018

Brasil estão em segundo plano quando se trata de impor, institucionalmente, um projeto educacional condizente com o tipo de sociedade que se pretende alcançar.

Vale ressaltar que, apesar de ser o documento oficial que regulamenta o sistema de educação brasileiro, a LDB contempla a existência de processos educativos fora dos limites da educação formal. Seu primeiro artigo explicita a possibilidade de construção e aquisição do conhecimento a partir de processos organizativos da sociedade civil em outros ambientes, representados nos espaços não formais de educação.

Art. 1o: A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (LDB, 1996).

Situando essas manifestações como parte das concepções neoliberalistas que guiarão a educação formal brasileira no atual mandato presidencial e o fato de estar presa à lógica capitalista, faz-se necessário pensar alternativas para enfrentar este cenário de retrocessos no campo da educação. Uma possibilidade é observar e analisar atentamente as iniciativas fora da educação formal como laboratórios de processos de formação fundados numa perspectiva emancipadora, com vistas à promoção da cidadania, como é o caso dos projetos que surgem no âmbito dos movimentos sociais, tendo a luta por direitos como princípio educativo.

### **1.1.2. Educação para emancipação: o caso do MST**

O que interessa, neste trabalho, é a concepção de outra educação. Uma educação cujas práticas supõem a singularidade de cada sujeito que dela participam. Os objetivos dessa educação se concentram em torno do empoderamento dos educandos, no intuito de alcançar, por meio de provocações, reflexões e diálogos, respostas aos problemas que se apresentam em seu cotidiano. Na concepção freiriana apresentada na proposta de uma Pedagogia da Autonomia, a prática educativo-crítica possui a tarefa de propiciar condições para que as relações entre educandos e destes com o corpo docente seja uma experiência profunda de reconhecer-se e “assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador” (FREIRE, 1996, p. 42).

Na perspectiva freiriana, os atores sociais do processo educativo cooperam e evoluem mutuamente, superando a visão tecnicista em que o docente é aquele que possui o conhecimento, uma espécie de “banco” de informações às quais o estudante necessita memorizar. Dentro da visão tecnicista, o estudante é visto apenas como um “depósito” do conhecimento pronto, limitado. Não lhe diz respeito compreender porquê tais informações são relevantes para seu repertório e de que forma irão ajudá-lo a encarar a vida adulta. Ou seja, problematizar metodologias ou temas da sua própria educação não lhe é permitido.

Percebi a existência e o surgimento de alternativas que complementam e oferecem outras perspectivas em educação, com vistas a um projeto emancipatório e humanista do sujeito, fora dos espaços formais ou em associação a estes. São propostas de educação conscientes das limitações impostas pela lógica institucional, portanto política e econômica, a que estão submetidos espaços de educação formal. De acordo com Caldart (2014, p. 132), as experiências de formação geradas no seio das lutas de movimentos sociais são um dos exemplos de projeto educativo que se contrapõe aos processos de exclusão social, e que ajudam a reconstruir a perspectiva histórica e a utopia coletiva de uma sociedade com justiça social. Para a autora, “(...) existe uma pedagogia que se constitui no movimento de uma luta social; e uma luta social é mais educativa, ou tem um peso formador maior, à medida que seus sujeitos conseguem entranhá-la no movimento da história.

Uma referência em educação dentro de movimentos sociais é o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). O MST surge na década de 1970 trazendo para agenda política nacional às questões agrárias, principalmente a defesa de um modelo de produção agrícola baseada na cultura familiar. Dentro do movimento, a educação tem a ver com um novo projeto de desenvolvimento para o campo, onde sai de cena a exploração do grande latifúndio a serviço do capital e entra uma produção articulada com as demandas sociais dos produtores e suas famílias - para estes produtores, terra significa vida e trabalho. O desafio que se apresentou para o MST ainda na primeira década de existência como movimento social era o de proporcionar à sua militância uma educação que dá sentido e compreensão às lutas encampadas pelo movimento. “A continuidade da luta exigia conhecimentos tanto para lidar com assuntos práticos, como para entender a conjuntura política, econômica e social. Arma de duplo alcance para os Sem Terra, a educação tornou-se prioridade do Movimento”<sup>6</sup>.

A concepção de educação construída no MST estabelece ainda uma diferenciação entre educação e escola, fundamental para entender as ações educativas dentro do movimento:

Educação não é sinônimo de escola. Ela é muito mais ampla porque diz respeito à complexidade do processo de formação humana, que tem nas práticas sociais o principal ambiente dos aprendizados de ser humano. Mas a escolarização é um componente fundamental neste processo e um direito de todas as pessoas. (Educação do MST – Balanço de 20 anos, 2004).

Desse esforço pela educação como uma das prioridades do movimento, resulta um número significativo de escolas públicas construídas dentro de acampamentos e assentamentos; garantia de acesso à educação para crianças, adolescentes, jovens e adultos; alfabetização de adultos;

---

<sup>6</sup> Descrição disponível oficial do MST: Disponível em: < <http://www.mst.org.br/educacao/>>. Acesso em: dez. de 2018.

criação e acesso a cursos técnicos e superiores (resultado de parceria com universidades públicas).

### 1.1.3. Educação não formal

Desde a década de 1970 existem pesquisadores – da Educação, das Ciências Sociais, das Ciências da Comunicação, entre outros – que se dedicam a estudar a educação em ambientes não controlados pelo Estado (LA BELLE; VERHINE, 1975; CASTILLO; LATAPÍ, 1983; AFONSO, 1992). A educação não formal refere-se a processos educativos que ocorrem fora das estruturas tradicionais de educação (escolas, universidades, escolas técnicas), cujo escopo está fundamentado na produção de conhecimento através da dialogicidade e da emancipação do indivíduo no pensar e no agir social.

Entendo que a educação não formal está conectada à concepção freiriana, que nos apresenta a educação como prática libertadora (FREIRE, 2014), pois parte da autorreflexão e da reflexão da própria sociedade sobre seu tempo e seu espaço. A educação, nesse sentido, tem a missão de tirar os sujeitos das sombras da opressão por meio da conscientização, tornando a educação um instrumento fundamental para liberdade do pensar, do ser e do agir como sujeito sócio-histórico da realidade em que está inserido.

A integração ao seu contexto, resultante de estar não apenas nele, mas com ele, e não a simples adaptação, acomodação ou ajustamento, comportamento próprio da esfera dos contatos, ou sintoma de sua desumanização implica em que, tanto a visão de si mesmo, como a do mundo, não pode absolutizar-se, fazendo-o sentir-se um ser desgarrado e suspenso ou levando-o a julgar o seu mundo algo sobre que apenas se acha. A sua integração o enraíza. (FREIRE, 2014, p. 41-42).

Os principais agentes da educação não formal são oriundos da sociedade civil organizada dentro de uma diversidade de possibilidades: movimentos sociais, organizações não governamentais, organizações sociais sem fins lucrativos, projetos cidadãos em igrejas etc. Alguns são legalmente institucionalizados (com registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, captação de recursos públicos, projeto político pedagógico estruturado), outros se constituem em grupos que compartilham da mesma visão política ou que buscam a solução para determinado problema, coletivos que se agrupam em torno do esforço para mudança de mentalidade da sociedade em algum aspecto específico. A atuação dessas organizações é fundamental porque são

(...) agências que possuem *know-how* em metodologias, estratégias e programas de ação, tendo se constituído ao longo das últimas décadas como estimuladoras do trabalho voluntário e de revalorização das culturas locais, de

forma a resgatar o conhecimento existente entre as comunidades atendidas e não ignorá-lo. (GOHN, 2011, p.102).

O fato de que a educação não formal se desenvolve no âmbito de instituições e organizações não estatais ou que visam ao lucro (empresas) e, ainda, se configuram como contraponto e complemento ao tipo de educação oferecida nos espaços formais de educação, não significa a ausência total de associação entre tais esferas da sociedade (Estado/sociedade civil/setor privado) em prol de projetos educativos. As iniciativas que trabalham na perspectiva da educação não formal compreendem que poder público e setor privado podem contribuir significativamente para seus projetos, seja com suporte financeiro, apoio institucional ou até demandas para elaboração de novas propostas educativas.

O pensamento ecossistêmico de Capra (2014) defende que a colaboração entre os três centros de poder (governo, setor privado e sociedade civil) é crucial para que possamos caminhar, como sociedade, em direção à sustentabilidade. É uma visão integrada da vida porque assume que somos parte de uma comunidade (e dependemos dela) e a existência de conexões ocultas que ligam três dimensões da vida (biológica, cognitiva e social). O autor sugere a “alfabetização ecológica”, uma educação pautada em compreender como os diferentes ecossistemas se organizam para manter a vida e o conhecimento gerado a partir disso, desta maneira assimilando as tradições culturais, sociais e políticas específicas a cada contexto. Tal pensamento reconhece as diversas possibilidades de existência em sociedade, gerando sujeitos igualmente plurais, de sorte que há variedade de pedagogias possíveis nesse cenário.

Os procedimentos metodológicos na educação não formal se desenvolvem ao redor da “fala” dos atores sociais. Suas experiências individuais são o motivo impulsionador dos questionamentos e são também críticas às opressões vividas em sociedade (racismo, homofobia, machismo, xenofobia). Disso, resulta que os processos dentro de um espaço não formal de educação são construções coletivas, visto que o compartilhamento de experiências pessoais gera, naturalmente, uma interação entre educandos e educadores e, a partir do diálogo, surgem as propostas de trabalhos coletivos — onde cada um colabora com sua expertise e todos interagem entre si, propiciando a criação de novos saberes. O quadro a seguir facilita o entendimento acerca da diferença entre educação formal e educação não formal nos processos de aprendizagem:

Tabela 1 – Tipos de aprendizagem

<b>Escolas tradicionais</b>	<b>Associações democráticas para o desenvolvimento</b>
-----------------------------	--

Apresentam um caráter compulsório	Apresentam um caráter voluntário
Dão ênfase apenas à instrução	Promovem sobretudo a socialização
Favorecem o individualismo e a competição	Promovem a solidariedade
Visam a manutenção do <i>status quo</i>	Visam o desenvolvimento
Preocupam-se essencialmente com a reprodução cultural e social	Preocupam-se essencialmente com a mudança social
São hierárquicas e fortemente formalizadas	São pouco formalizadas e pouco ou incipientemente hierarquizadas
Dificultam a participação	Favorecem a participação
Utilizam métodos centrados no professor-instrutor	Proporcionam a investigação-ação e projetos de desenvolvimento
Subordinam-se a um poder centralizado	São por natureza formas de participação descentralizada

Fonte: Afonso,1992 apud Gohn, 2011, p. 110.

Outra característica da educação não formal é que a absorção do conteúdo se faz por meio da vivência das situações-problemas. Assim, a busca pela solução de problemas do cotidiano dá vazão à criatividade, possibilitando que a aprendizagem seja realizada por meio da prática social. Mesmo que, de modo geral, o processo educativo seja uma ação coletiva, a apreensão é pessoal. Imprescindível destacar também que as relações sociais nesse contexto são mediadas por agentes assessores – que desempenham o papel de comunicadores – através de elementos intersubjetivos. De tal forma que

Ao se expressar, os atores sujeitos dos processos de aprendizagem articulam o universo dos saberes disponíveis, passado e presente, no esforço de pensar/elaborar/reelaborar a realidade em que vivem. Os códigos culturais são acionados e afloram as emoções contidas na subjetividade. (GOHN, 2001, p. 113).

Nesse contexto educacional, espaço e tempo têm uma nova acepção. Na educação formal, a evolução do educando está diretamente ligada a um tempo fixado (e seriado) e a um espaço homogeneizador, onde o educando deve estar alinhado a tais circunstâncias, caso contrário é obrigado a repetir todo o processo durante mais um ano letivo. O que é levado em consideração nos procedimentos metodológicos na educação não formal é que cada sujeito tem seu tempo para absorver novos conhecimentos e transformá-los em saber. Devem ser respeitadas as diferenças,

habilidades e o espaço como estratégias construtivistas do processo de ensino-aprendizagem. Porém, tais fatores não excluem a organização de planos pedagógicos com objetivos e cronogramas a serem estipulados, nem mesmo garante que as práticas educativas dentro de um espaço não formal de educação sejam organizadas e sistematizadas.

Segundo Gohn (2011), existem dois tipos de educação não formal. Um que se detém em projetos de alfabetização ou transmissão de conhecimentos em ações educativas, de maneira que apresenta similaridades com a educação formal e que ficou conhecido como “educação popular”. Outro tipo, o qual me interessa, está relacionado a uma educação gerada a partir da participação social como processo de ensino-aprendizagem, baseada em ação coletiva, sobre conteúdos que não são abordados na educação formal.

Caldart (2011, p. 128), ao fazer provocações sobre a necessidade de repensar as práticas educativas e matrizes pedagógicas contemporâneas, apresentou o princípio educativo do MST, atentando para uma educação que se contrapõe a processos e estratégia de educação. “Penso que uma das maneiras de fazer esta reflexão é olhar com mais atenção para os novos sujeitos sociais deste momento histórico, que vêm sendo produzidos pela dinâmica das lutas sociais que não aceitaram a exclusão como um dado inevitável”.

Lançar visão crítica sobre a educação nos indica o caminho para questionar a sociedade que queremos. Por esse ponto de vista, a educação é tida como a prática da formação humana, como processo para construção de determinada postura ética diante da vida em que persiste a consciência social e política, capaz de produzir sujeitos com habilidades suficientes para o agir social, para transformar sua realidade e superar seu destino histórico (aquilo que lhe foi dito que seria sua única possibilidade no futuro em uma sociedade excludente e violenta).

Assim, a educação desenvolvida no contexto do MST é um exemplo de como práticas pedagógicas e projetos educativos podem (e devem) estar aliadas a princípios e valores comuns, bem como de uma identidade sociocultural que permita nos encontrarmos enquanto sujeitos (de direitos e deveres) no mundo, refletindo sobre nosso papel em cada contexto em que estamos inseridos como atores sociais.

A educação não é responsabilidade total dos espaços formalmente constituídos. A educação se dá de forma integral em todos os momentos da vida, através da interação com os mais diversos atores sociais, justamente por se tratar de apropriação cultural em termos de elaboração e reelaboração contínua de valores, signos e princípios éticos. Somando-se isso ao fato de que a educação formal está subordinada aos sistemas político e econômico, uma pedagogia preocupada com a formação de novos sujeitos sociais responsáveis pela busca da dignidade humana para todos ainda não cabe na escola. Sequer podemos exigir tal comprometimento do corpo docente e gestor, uma vez que o ensino público enfrenta, historicamente, problemas

estruturais e, frequentemente, professores precisam paralisar as atividades para reivindicar melhores condições de trabalho e aumento salarial.

A educação não formal pode ser um contraponto à perspectiva neoliberal que conduz a economia brasileira atual e ameaça ainda mais as escolas e as universidades públicas como espaços democráticos de educação. É urgente que façamos uma reflexão sobre os indivíduos que queremos formar para o futuro e buscar trabalhar de forma conjunta em prol de uma formação humanista no campo da educação. Por isso, não posso fugir de analisar as intenções e os efeitos do sistema capitalista sobre a educação no Brasil para, então, apontar a educação não formal como alternativa, tanto diferenciada quanto complementar, da educação oferecida nos espaços institucionalizados pelo Estado.

## **1.2 O que é comunicação?**

A comunicação é, grosso modo, um processo de interação. Para que possamos compartilhar qualquer pensamento, qualquer ideia, utilizamos a linguagem para torná-los comuns, para dar significado e, assim, estabelecermos uma relação com o outro, com quem buscamos nos conectar.

O ato comunicativo envolve os participantes em processos de cognição, interpretação e inteligência. O papel de cada participante num ato comunicativo é igualmente indispensável para entender como relações sociais se estruturam e se desenvolvem em processos de troca de informação. Esse processo se dá por meio da produção e enunciação de linguagens que ocorrem em estruturas de sistemas tecnológicos.

De acordo com Martino (2001), para que haja troca de informações no ato comunicativo é necessário suporte (meio utilizado para o processo), traços materiais (conteúdo audiovisual, ondas sonoras, dados etc) e código (linguagem a ser interpretada). Nessa acepção, a comunicação é um processo intermediário que permite a troca de informações entre pessoas, organizações, máquinas. O jornalismo, por exemplo, é um processo de comunicação.

A habilidade de estabelecer um ato comunicativo é uma característica específica do ser humano, o que nos torna sujeitos sócio-histórico-culturais. Por isso, Freire (1985, p. 65) defende que “o mundo social e humano, não existiria como tal se não fosse um mundo de comunicabilidade fora do qual é impossível dar-se o conhecimento humano”.

Como parte do processo sociocultural, a comunicação constitui ou transforma a linguagem para criar um espaço comum. Essa interação é pertinente às relações que se estabelecem dentro da sociedade e não está limitada à transmissão mecânica de dados ou informações.

A comunicação não trata somente da transmissão de algo, mas também de uma imbricação entre ações e estratégias coordenadas, de recepções e produções

sobre elementos que circunscrevem o ambiente da interação, no qual e do qual se refletem as práticas sociais. Não existe um agente que não seja participante no emaranhado entre pessoas, instituições, tecnologia, códigos e suportes para significação de algo. (RODRIGUES, 2015, p. 22)

Consequentemente, a comunicação é também o instrumento pelo qual construímos a realidade e compreendemos o contexto em que vivemos. As inovações tecnológicas são fatores determinantes para construção cotidiana de significados socialmente válidos e aceitos, visto que a tecnologia promove, facilita e agiliza os processos de comunicação. Portanto, a produção discursiva da sociedade, inevitavelmente, perpassa pela tecnologia.

Marques de Melo (2010) defende que existem cruzamentos entre os caminhos da comunicação e as dimensões essenciais da vida cotidiana (política, economia e cultura). Os fluxos que envolvem esses pilares estruturais da sociedade como mecanismos de poder, costumes e tradições são acionados por agente comunicacionais.

Quando uma sociedade preserva o direito de expressão das suas elites, mas garante, ao mesmo tempo, o direito de informação ao conjunto dos seus cidadãos, ela está fortalecendo sua experiência democrática e prevenindo-se contra os retrocessos constitucionais. Só um povo bem informado é capaz de escolher governantes capazes de converter a liberdade de imprensa em peça-chave do constante aperfeiçoamento democrático (p. 55).

### **1.2.1 Mídia e informação**

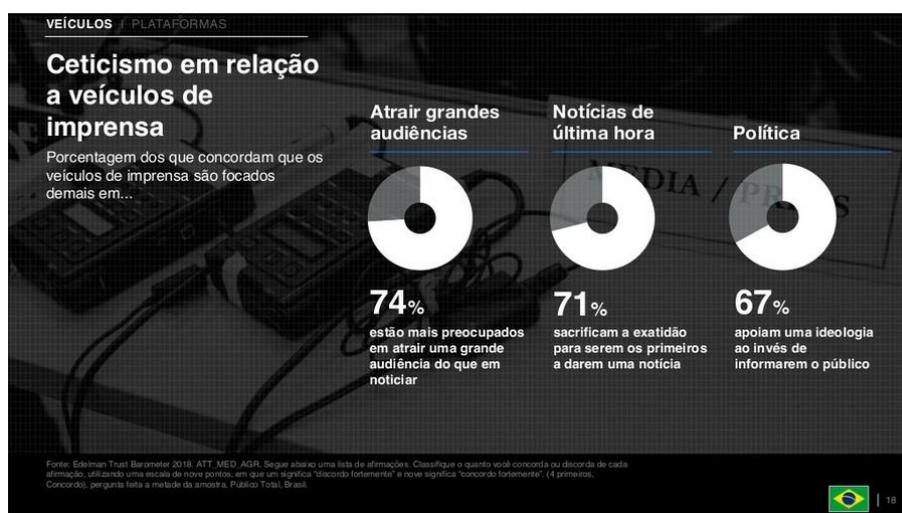
É comum ouvirmos a expressão “vivemos a sociedade da informação”, embora não tenhamos nos dedicado a compreender profundamente o que, de fato, pode vir a ser a tal “informação” para que ela nos defina como sociedade. Ainda que essa reflexão seja tarefa da Ciência da Informação, o senso comum nos apresenta alguns caminhos. A informação pode ser: a matéria da comunicação, aquilo que fornecemos ao nosso interlocutor; o sentido, o significado da mensagem transmitida no ato comunicativo; meio para fins de aprendizado e instrução; objeto passível de ser gerado e acumulado; algo que é compreendido e capturado pela mente.

Informação é um conceito polissêmico. Sua fundação remonta a teorias clássicas da Comunicação, da Sociologia, bem como se serve de termos da Linguística, da Psicologia e da Computação. Por isso, não cabe neste trabalho a responsabilidade de um exame sobre a questão do que vem a ser informação. No entanto, com a evolução tecnológica, passamos a usar a palavra “informação” constantemente, pois estamos constantemente conectados a tecnologias de informação e comunicação, recebendo e enviando dados, mensagens o tempo todo. Mas que informações absorvemos e compartilhamos? Essa é a pergunta norteadora para compreendermos de que tipo de comunicação estamos falando.

Pascual Serrano (2010, p. 19) sustenta a ideia de que a informação passou a ser considerada mercadoria, por isso “deixou de ser submetida aos critérios tradicionais da verificação, da autenticidade, do erro. Agora é regida pelas leis do mercado”. Se compararmos essa afirmação com os resultados da Pesquisa Brasileira de Mídia, realizada em 2016, veremos que o autor tem razão. Os veículos de comunicação que concentram o consumo de mídia no país são, respectivamente, televisão (Rede Globo) e internet (redes sociais). Os brasileiros se informam por mídias que possuem estruturas mercadológicas fechadas, portanto limitadas e com risco de enviesar a informação. A TV por ser produto do mercado de entretenimento, submissa à linha editorial do grupo Globo, e a internet porque as principais plataformas digitais utilizadas (*Facebook* e *Whatsapp*, por exemplo) são empresas de tecnologia, cujo modelo de negócio está baseado na coleta de dados e interações para oferecer produtos e serviços.

Não por acaso, em 2018 enfrentamos problemas sérios de desinformação. A veiculação de boatos via redes sociais, notadamente o *Whatsapp*, chegou a níveis alarmantes, inclusive influenciando as eleições para presidência. Uma das causas determinantes para este cenário é a descrença dos brasileiros em relação à mídia, principalmente empresas de comunicação. O estudo global *Edelman Trust Barometer 2018*<sup>7</sup> aponta que o Brasil está entre os 22 países que registraram queda de confiança na mídia (produtores de conteúdo e plataformas) e passaram a localizá-la num território de desconfiança. Outra informação relevante é a dificuldade de discernimento dos brasileiros em relação às informações que consomem: 58% da população não conseguem diferenciar o que é verdade do que é mentira. Essa crise de credibilidade midiática junto à desconfiança nas instituições é terreno fértil para disseminação de notícias falsas.

Figura 1 – Índícios para crise de confiança na mídia, segundo pesquisa *Trust Barometer*



Fonte: Instituto Edelman, 2018

<sup>7</sup> A pesquisa mede índices de confiança e credibilidade das instituições em 28 países.

Para Wiener (1954, p. 120), a informação é menos um problema de armazenagem que de processo, uma vez que a informação é uma etapa do processo contínuo pelo qual observamos o mundo e agimos, efetivamente, sobre ele. “Estar vivo ao que acontece no mundo significa participar de um contínuo desenvolvimento do conhecimento e do seu livre intercâmbio”. As tecnologias digitais se converteram em espaços propícios para práticas inovadoras do uso da informação e ativadoras de processos de mudanças estruturais profundas na sociedade.

No campo dos movimentos coletivos facilitados pelas tecnologias digitais de informação e comunicação, Castells (2017) percorre diferentes rebeliões e protestos do início da segunda década do século XXI (*Occupy* nos Estados Unidos, a Primavera Árabe, os Indignados na Espanha, entre outros), cuja articulação e engajamento se deu pela internet e tinham características em comum como aspecto local e global, ausência de lideranças e ocupação do espaço público. É um padrão que nasce da crise de confiança e representação das instituições públicas e conformam um anseio por novas formas de participação da vida política. Em termos de comunicação, essas experiências indicam horizontalidade e descentralização - de muitos para muitos, de muitos para alguns, de alguns para alguns.

No Brasil, tivemos as jornadas de junho de 2013. O movimento, que começou com protestos contra aumento na tarifa do transporte público de São Paulo, logo se converteu em manifestação nacional por uma nova política e contra corrupção. Naquele momento, já tínhamos indícios da crise de credibilidade da mídia tradicional como instituição da vida pública.

Se por um lado veículos de imprensa eram rechaçados nas manifestações com equipes de reportagem expulsas de atos, por outro, a Mídia Ninja (rede independente e descentralizada de mídia) ganhava projeção na cobertura ao vivo (transmitida pela internet), direto das manifestações, e inaugurava um novo tipo de narrativa: o midiativismo<sup>8</sup>. A reação à presença da mídia hegemônica, tanto nas experiências internacionais quanto nas jornadas de junho de 2013, ilustram o entendimento de Peruzzo (1998) de que “os meios massivos estão comprometidos, estrutural e conjuntamente, com a ordem estabelecida” (p.128), com a qual se busca o rompimento.

O midiativismo inaugurado pela Mídia Ninja no Brasil de 2013, como proposta de nova narrativa, linguagem e formato discursivos baseado em plataformas digitais, foi a alternativa de comunicação conectada às lutas naquela conjuntura. Entretanto, iniciativas de comunicação voltadas para expressão das lutas populares, que produzem conteúdo crítico-emancipador, com participação direta da população no seu desenvolvimento, não são novidades na história

---

<sup>8</sup> O midiativismo é um tipo de movimento social de mídias independentes, baseado em produção e distribuição de conteúdo colaborativo que se contrapõe ao discurso da mídia tradicional.

brasileira.

### **1.2.2 Comunicação como ferramenta de luta**

A compreensão e a prática de uma comunicação que é também ferramenta de luta pela qualidade de vida de uma população etiquetada e marginalizada pelo sistema econômico e acadêmico como “minoría”, ou mesmo pela manutenção de direitos básicos, remonta a uma corrente de estudos comunicacionais que ganhou notoriedade a partir dos anos de 1970, quando o Brasil estava refém de uma Ditadura Militar, enfatizando o quão imprescindível são os movimentos coletivos para transformação social.

De acordo com Peruzzo (1998), esses estudos se debruçam a pesquisar de que forma se dá essa comunicação com o objetivo claro de representar “um grito, antes sufocado, de denúncia e reivindicação por transformações”,

Uma conjuntura em que vinha à tona a insatisfação decorrente das precárias condições de existência de uma grande maioria da população e das restrições à liberdade de expressão pelos meios massivos, criaram-se instrumentos “alternativos” dos setores populares, não sujeitos ao controle governamental ou empresarial direto (PERUZZO, 1998, p. 114).

Algumas correntes dentro dos estudos da Comunicação Popular partem do entendimento de que as informações repassadas pelos veículos tradicionais de informação são enviesadas de acordo com interesses econômicos e políticos ou não dão conta da realidade de outros agentes sociais, ignorados por conveniência. Ainda assim, são essas informações que conduzem as dinâmicas sociais.

A Comunicação Popular no Brasil remete à atuação e articulação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e de outros movimentos que surgem em resistência ao Estado autoritário vigente na década de 1970. A Comunicação Popular desponta como ferramenta de luta nesse contexto para visibilizar realidades sociais ignoradas ou estereotipadas pelo senso comum e consolidadas pela mídia tradicional, bem como denunciar a violação dos direitos civis e sociais na época.

De modo geral, a Comunicação Popular é ação política estratégica nos movimentos sociais porque, além de produzir narrativas que contrapõem o discurso da mídia hegemônica, socializa os conhecimentos sobre instrumentos da comunicação e reflete constantemente sobre conflitos gerados a partir da desigualdade social, assim estabelecendo novas formas de ativismo de acordo com a demanda de cada momento.

Giannotti (2016) defende a criação de veículos de comunicação próprios e independentes dos setores privado e governamental como tarefa militante de mobilização. Desta maneira, sua prática busca a ação através do comprometimento do indivíduo com o exercício da sua cidadania.

Como ação política, esse tipo de comunicação não existe por si só. É imprescindível o engajamento coletivo para direcionar o esforço de construir conjuntamente a potencialidade de vozes comunicativas. Assim, posso afirmar que a Comunicação Popular existe porque a coletividade resiste, não há possibilidade de uma sem a outra. A construção coletiva de uma comunicação não é possível se pensada e coordenada por uma única pessoa, por exemplo. Essa comunicação reflete a identidade, as perspectivas, demandas e reivindicações de um grupo social por meio do pertencimento e da representatividade direta. Por isso, está fortemente ligada a ações de movimentos sociais.

Em razão da natureza coletiva da Comunicação Popular, as experiências dentro desse campo devem ser estudadas considerando a relação destas com seu entorno. Por ser contraposição ao discurso dos meios massivos, devem apontar as contradições, apresentar outras perspectivas e realidades da sociedade e buscar “compreender o fenômeno da comunicação no nível das bases sociais” (FESTA, 1986, p. 10).

A comunicação como linha de resistência dos grupos sociais sem acesso à produção dos meios massivos é utilizada como estratégia para combater a concentração do poder de comunicação e, por este caminho, converte-se em instrumento de fortalecimento da democracia, pois é exercício pleno dos direitos de liberdade de expressão, de opinião e de informação, estipulados pela Constituição Federal de 1988 e pela Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948, criado pela Assembleia Geral das Nações Unidas - da qual o Brasil é signatário.

Os movimentos sociais unem e organizam sujeitos políticos que se identificam pela pauta reivindicatória de cada um deles. Tais movimentos surgem, sobretudo, com a violação dos direitos políticos e civis a partir da década de 1970 (GOHN, 2014) com o regime autoritário e passam a se articular em torno da violação ou da luta pela garantia de outros direitos fundamentais, como o direito à terra, direitos trabalhistas, entre outros. Podemos citar como forças reconhecidas dentro desse campo o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), MST, Via Campesina e Central Única dos Trabalhadores (CUT).

A comunicação gestada no interior desses movimentos se apresenta como alternativa à mídia hegemônica porque é baseada “no processo de criação conjunta, diálogo, construção de uma realidade distinta na qual a pessoa seja sujeito pleno” (FESTA, 1986, p. 80), inclusive de direitos.

A comunicação popular é uma realização da sociedade civil, resultado da construção histórica dos movimentos, pode mudar com o contexto ao admitir o pluralismo e ocupar novos espaços, “incorporando canais de rádio e televisão e outras tecnologias de comunicação como as redes virtuais (internet)” (PERUZZO, 1998, p. 120). As características que identificam a

Comunicação Popular são a expressão de um contexto de luta, o conteúdo crítico-emancipador, o espaço de expressão democrática, o povo como protagonista e instrumento das classes subalternas em oposição aos meios massivos.

### 1.2.3 Narrativas que partem da identidade social

O Rio de Janeiro possui uma trajetória significativa em experiências de Comunicação Popular. Giannotti (2016) percorre esse caminho apresentando 37 projetos feitos por “pessoas que querem mudar o mundo porque este, do jeito que está, funciona para poucos” (p. 24). São iniciativas nascidas em favelas e comunidades fluminenses desde 1952, com a criação da Rádio Cipó no bairro da Tijuca, até a década atual como a União Web, rádio comunitária da favela Parque União criada em 2010 e ainda em ação.

No cenário atual de intensa assimilação de plataformas digitais para comunicação e consumo de informação, a Comunicação Popular encontra novas possibilidades em linguagem, formato e usos. As redes sociais tornaram-se o principal veículo de divulgação das lutas coletivas. Ainda citando experiências cariocas, posso destacar os veículos nativos da geração digital *Jornal Voz das Comunidades* (2005 – em ação), *Portal Comunitário da Cidade de Deus* (2008 – em ação) e a página do *Facebook/canal no Whatsapp Maré Vive* (2014 – em ação).

Figura 2 – Edições impressas do jornal Voz das Comunidades. Setembro, 2017.



Fonte: Facebook do jornal Voz das Comunidades, 2017

No caso da Comunicação Popular desenvolvida no contexto do Rio de Janeiro, o esforço se dá em torno de minimizar os danos dos estereótipos baseados em racismo e discriminação social

para com a população, principalmente negra, da favela, reforçada diariamente pela imprensa tradicional. Nasce da necessidade de criar outras narrativas, que partem do favelado para o favelado, do favelado para o mundo.

Um exemplo é a notícia veiculada pelos jornais impressos O Dia e Meia Hora<sup>9</sup> afirmando que a instalação de piscinas de plástico em uma rua da favela Nova Holanda teria sido ação de traficantes, quando a iniciativa partiu dos próprios moradores da comunidade. A ação da imprensa foi lida pela população e ativistas como tentativa de criminalização da pobreza. O fato repercutiu nas redes sociais e, logo, atos de repúdio foram organizados para manifestar a indignação com a visão marginalizadora enunciada pelos periódicos.

O povo indígena também sofre com estereótipos e mitos criados sobre eles desde a colonização portuguesa. São “verdades” construídas de modo generalista e homogeneizador porque não compreendem a diversidade de povos e etnias. São preconceituosas, quase sempre com olhar inferiorizador e paternalista. Os movimentos sociais de causa indígena buscam romper com essa postura colonizadora, articulando projetos e organizações onde o protagonismo respeita o lugar de fala das populações indígenas, “colocando-as na condição de sujeitos e seres ativos que, historicamente, vêm pensando resistências e reexistências” (RIBEIRO, 2017, p. 13).

Figura 3 – Índigena participando de cobertura colaborativa pela Mídia Índia



Fonte: Mídia Ninja, 2017

A Comunicação Popular, nesse caso, deve ser orientada para visibilizar as vozes e a identidade social indígenas, “não somente para mostrar como o projeto de colonização tem criado essas identidades, mas para mostrar como certas identidades têm sido historicamente

---

<sup>9</sup> Notícia “Acusação sobre piscinas do tráfico revolta moradores da Maré”. Disponível em:< <https://www.anf.org.br/acusacao-sobre-piscinas-do-traffic-revolta-moradores-da-mare/>>. Acesso em:

silenciadas e desautorizadas” (RIBEIRO, 2017, p. 29). A título de exemplo, a missão da Mídia Índia, criada por jovens do povo Guajajara (MA), é “existir para resistir, levar a voz dos povos indígenas para o mundo, comunicar para lutar e demarcar”<sup>10</sup>.

Figura 4 – Logotipo da Mídia Índia destaca identidade visual com elementos indígenas.



Fonte: Facebook da Mídia Índia, 2018

Pensando a necessidade de explorar a empolgação da juventude, a Mídia Índia foi o meio encontrado, através da comunicação, para mostrar para o mundo a vida dos indígenas brasileiros, de maneira diferente da forma negativa e preconceituosa veiculada pela mídia tradicional. Erisvan Bone e outros jovens companheiros indígenas sentiram a necessidade de criar uma plataforma que mostrasse a verdadeira história, culturas e tradições de todos os Povos Indígenas do Brasil. (NINJA, 2017).

### 1.3 Educação e Comunicação na perspectiva da autonomia

Ao percorrer os caminhos da educação e da comunicação como mecanismos constituintes do processo de construção sociocultural dos indivíduos, identifiquei elementos indicadores de uma interface no contexto dos movimentos coletivos.

De acordo com Baccega (2001), a constituição do campo Comunicação/Educação nasce do confronto de diferentes discursos como principal característica da comunicação, onde se configuram processos de edição da realidade mediada pela mídia. Nesse sentido, assenta um novo espaço teórico que parte da transdisciplinaridade para explorar os meios de comunicação, a escola (educação formal) e a família (educação informal) como agências de socialização que possuem “influência na formação de valores, na condução do imaginário e nos procedimentos dos indivíduos/sujeitos” (2001, p. 07).

<sup>10</sup> Apresentação da página no Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/VozDosPovos/ab-out/>>. Acesso em: fev. de 2019.

Se educação e comunicação são instituições mediadoras dos conhecimentos e das vozes as quais teremos acesso e, dessa maneira, participam diretamente da montagem do mundo como o conhecemos individualmente, então é possível pensar em educação e comunicação como ferramentas para vivências emancipatórias do sujeito, ampliação e diversificação das fontes legítimas de saberes e narrativas.

Uma experiência de intercruzamento entre comunicação e educação é a rádio comunitária Voz das Comunidades, de Manaus. A emissora foi a primeira no país a ser legalizada pelo Ministério das Comunicações, em 22 de fevereiro de 2011, e demonstra esforço diário em oferecer aos bairros da Zona Norte e Zona Leste da cidade conteúdo informativo baseado na promoção dos preceitos da educação libertadora de Paulo Freire. A pesquisa “A educação na Voz das Comunidades” (PINTO, 2008) aponta que a rádio é um ecossistema educativo informal e que enfrentou muitas dificuldades para se consolidar como meio de comunicação comunitário, embasado na interrelação comunicação e educação.

Os movimentos sociais, em inúmeras percepções publicizadas, percebem educação e comunicação como ferramentas fundamentais na ação política para formação da base (aqueles indivíduos que darão continuidade ao movimento), para resgatar o histórico de luta e para pautar o ativismo pelo diálogo e autonomia discursiva, embora na prática cotidiana a secundarizem. As práticas educativas de Comunicação Popular ocorrem, primeiramente, na elaboração de uma visão crítica sobre o discurso da mídia hegemônica. Em seguida, num nível mais avançado, na compreensão da necessidade da apropriação de ferramentas de comunicação para criar novas narrativas, então daí para ação.

Guareschi e Biz (2005, p. 10) afirmam que “uma educação para a comunicação deve oferecer condições para que a comunidade descubra a natureza dos processos de comunicação em que está inserida”. Entendo que ambas as instituições, educação e comunicação, estão subjugadas aos poderes econômico e político, o que desvela a importância de pensar projetos alternativos, inscritos na intencionalidade de despertar a consciência crítica sobre tal panorama e ainda incentivar a transformação social a partir da produção de conhecimentos e formatos midiáticos dos próprios sujeitos.

Acerca dos espaços legitimados e reconhecidos de educação e comunicação, é necessário apontar que iniciativas de educação não formal não cancelam ou se sobrepõem aos espaços formais, assim como a comunicação popular não substitui a mídia hegemônica. São faces complementares para uma noção diversificada de sociedade, para ampliação dos horizontes em experiências e vivências possíveis. A coexistência, nesse caso, é saudável para o exercício da democracia.

Ser e se firmar um espaço de educação não formal indica uma concepção política do ser

humano, onde o sujeito da formação é preparado para atuar em prol da democracia, firmando-se cidadão e agente da sua própria emancipação e do seu entorno. Nesse sentido, posso inferir que os educandos de um espaço ou organização de educação não formal são agentes cognitivos que serão formados para operar tanto no processo de semantização da informação, agora com um repertório crítico maior, quanto para desenvolver produtos e processos de comunicação pautados pela ética e compromisso com seu contexto social.

## **1.4 O Centro Popular do Audiovisual**

### **1.4.1 A história antes da história: o Coletivo Difusão**

Para compreender o ambiente e a trajetória de criação do Centro Popular do Audiovisual, em meados de 2016, é preciso fazer um breve passeio pela história do Coletivo Difusão. Criada em 2006, a Associação Difusão Amazonas é uma organização social sem fins lucrativos com objetivo de integrar diversos segmentos artísticos por meio de atividades culturais, frentes de produção e mobilização e grupos de estudos. O Coletivo Difusão, como é popularmente conhecido, foi pensado e criado por um grupo de jovens na faixa etária dos 20 anos que já trabalhavam juntos em algumas iniciativas desde 2005, como o programa televisivo Sinergia e o programa radiofônico Conexão Alternativa.

Entre as atividades desenvolvidas pelo Coletivo Difusão estão o incentivo a experimentações artísticas, a viabilização e organização de oficinas, seminários, *workshops*, eventos culturais e grupos de estudos relacionados à produção artística de dança, pintura, teatro, cinema, entre outras. (GOMES, 2012, p. 56)

Para evidenciar a abrangência das ações do Coletivo Difusão destaco alguns projetos como o evento Tudo Muda Após o Play, cuja data de realização marca a data oficial de criação do coletivo e que, posteriormente, se tornou cineclubes; o Festival de Artes Integradas Até o Tucupí, tendo a primeira edição realizada em 2007 e desde então integrando a agenda cultural da cidade; os núcleos e grupos de estudos de linguagens entre os anos de 2008 a 2011 – laboratório de moda, Grupo de Estudos de Causas Ambientais, Grupo de Estudos em Videodança.

Apesar do grupo ter se lançado ao desafio de provocar a cena cultural de Manaus, os jovens que idealizaram e fundaram o Difusão se enxergavam para além de “fazedores de cultura”<sup>11</sup>, sendo visível no grupo uma identidade de movimento social. Nesse sentido, a pesquisa realizada por Maurília Gomes (2012) situava o Coletivo Difusão como movimento social ligado à cultura, constatando que havia no grupo um entendimento e forte atuação no campo digital.

---

<sup>11</sup> Observei o uso deste termo nas falas dos fundadores durante as entrevistas e optei por inserir no trabalho para compreender a concepção do Coletivo Difusão.

A partir da experiência como um dos jovens fundadores, o trabalho de Allan Gomes (2016) registra a primeira década de atuação do Coletivo Difusão e discute a forma de atuação inovadora do grupo no contexto da sociedade em rede (CASTELLS, 2000) e da apropriação de ferramentas da cibercultura (LEVY, 1998). A leitura da trajetória de dez anos de experiência em movimento cultural na cidade de Manaus expõe a necessidade de construir de forma sistematizada um espaço de formação para dar conta dos frutos da vivência social e política dos membros desse coletivo, aproveitando as conexões já traçadas pela atuação em rede do Difusão.

#### **1.4.2 A criação do Centro Popular do Audiovisual**

Das experiências e vivências dos integrantes do Coletivo Difusão ao longo de dez anos, ficou evidente a necessidade de compartilhar os conhecimentos acumulados nas diferentes frentes de atuação do coletivo, bem como de implementar ações de formação num esforço conjunto e sistematizado para assegurar a continuidade dessas experiências. Ou seja, o CPA é um projeto que denota o amadurecimento do Coletivo Difusão em seus diferentes processos e ciclos ao longo de uma década de existência na cidade de Manaus. Identifiquei esses fatores na fala dos membros do Centro Popular do Audiovisual que integram ou já integraram o Coletivo Difusão:

Allan Gomes, jornalista e pesquisador, fundador e ex-integrante do Coletivo Difusão afirma que:

“O CPA é derivado de amplo trabalho com audiovisual desenvolvido no âmbito do Coletivo Difusão, grupo que iniciou suas atividades em 2005, e que, dentre outras coisas realizou: Mostra Internacional de Videodança, Cineclube Tudo Muda Após o Play, grupos de estudos e práticas em videodança e audiovisual, além de um amplo diálogo com o segmento audiovisual no Amazonas. Ainda no início do Coletivo Difusão já planejávamos criar um curso livre para o ensino de técnicas básicas de audiovisual com uma orientação de formação popular, a ideia era que assim como vários de nós do Coletivo tivemos uma origem na periferia e com o audiovisual passamos a ter uma perspectiva profissional diferente, pudéssemos contribuir para que mais jovens também seguissem por esse caminho” (Allan Gomes, 2018)<sup>12</sup>.

Caio Mota, jornalista, ex-integrante do Coletivo Difusão, observa que:

“No processo de criação, de entendimento do Coletivo Difusão, estávamos pensando muito na integração entre setores diferentes (tinham setores mais ligados ao audiovisual, outros com música, outros com artes visuais), todos ligados à cultura. E, ao mesmo tempo, tinha uma relação muito forte com Comunicação. Num primeiro momento, tinham vários jornalistas, midiativistas, naquela época a gente ainda não trabalhava esse termo “midiativismo”, mas depois nós entendemos isso. Uma das principais

---

<sup>12</sup> Entrevista concedida por GOMES, Allan. 1 arquivo .mp3 [20 min]. Entrevistadora: Jéssica Tainah da Silva Botelho. Manaus, 2018.

demandas que existia era o processo de formação. As formações se davam mais com as características de intercâmbio, não tinha uma metodologia. Mas observamos que muitas pessoas que eram ligadas ao Difusão ou eram da Universidade ou estudavam, estavam no âmbito universitário. Então, isso foi meio que a base para esse ‘caldo’ do CPA (Caio Mota, 2018)<sup>13</sup>.

Paulo Trindade, artista visual e pesquisador, fundador e integrante do Coletivo Difusão:

“Nós entendemos que esse início se confunde muito, se mistura com a trajetória do Coletivo Difusão, que é onde seus gestores, de certa maneira, participam. Alguns até integraram, outros integram até hoje, mas que é esse pensamento de desenvolver audiovisual para além do cinema. A criação do CPA é um amadurecimento de todas essas vivências em vários campos da cultura, porque essa prática de fazer cinema, de se formar em diferentes linguagens artísticas foi um laboratório para se pensar muitos processos, e um deles também foi o de formação, tanto das pessoas que estavam fazendo audiovisual como também na perspectiva de pessoas que começaram a ministrar oficinas, cursos, palestras sobre a temática. Então nada mais natural que a galera enveredar pelo campo da formação não escolar” (Paulo Trindade, 2018)<sup>14</sup>.

Com base nos depoimentos, compreendi que a atuação do Coletivo Difusão não possibilitou que houvesse um esforço coordenado específico nos processos de formação, mas seus integrantes sentiam a necessidade de compartilhar o conhecimento acumulado durante os anos de ações culturais, o que lhes propiciou um intercâmbio informal de experiências, sem qualquer tipo de metodologia que delineasse objetivos e apurasse resultados de forma sistematizada com vistas ao aprimoramento dessa troca de conhecimento. Este é o cenário em que amadurece a ideia de criar um centro de formação popular em audiovisual para juventude, principalmente da periferia.

Além da influência do Coletivo Difusão, outros projetos figuram como inspirações nas práticas educativas do centro. O CPA entende que o cinema pode ser mais do que um exercício estético, interferindo diretamente na realidade das pessoas. De modo que busca refletir sobre o cinema para além da produção, mas, também, na difusão, formação e pesquisa. Uma das principais inspirações é o projeto “Vídeo nas Aldeias”, que existe desde 1986 e segue formando cineastas indígenas e articulando produção e difusão de filmes que apoiam suas lutas e fortalecem seus direitos e cultura.

---

<sup>13</sup> Entrevista concedida por MOTA, Caio. 1 arquivo .mp3 [25 min]. Entrevistadora: Jéssica Tainah da Silva Botelho. Manaus, 2018.

<sup>14</sup> Entrevista concedida por TRINDADE, Paulo. 1 arquivo .mp3 [38 min]. Entrevistadora: Jéssica Tainah da Silva Botelho. Manaus, 2018.

Figura 5 – Filmes produzidos por indígenas do projeto Vídeo nas Aldeias



Fonte: Catálogo de filmes da plataforma Vídeo nas Aldeias

Outra inspiração em formação audiovisual em uma perspectiva popular é a trajetória da Amacine Futuros Cineastas<sup>15</sup>, por onde passaram Allan Gomes e Michelle Andrews (idealizadores do projeto do CPA).

“A abordagem de uma formação popular certamente foi inspirada nos processos que alguns de nós tivemos com a Amacine, do Junior Rodrigues (hoje Zê Leão), pois o trabalho desenvolvido por ele sempre alcançou jovens da periferia, de municípios do interior do Estado, entre outros que historicamente não têm esse acesso” (Allan Gomes, 2018).

No que se refere à metodologia, uma referência importante para a construção do processo de formação no Centro Popular do Audiovisual é o projeto Inventar com a Diferença, idealizado por pesquisadores do curso de Cinema da Universidade Federal Fluminense (UFF), em 2013, cuja proposta é pensar metodologias de ensino, para escolas públicas, que vão além do tradicional, utilizando o audiovisual como ferramenta para uma educação em Direitos Humanos. Em 2014, o projeto Inventar com a Diferença foi promovido em Manaus por Allan Gomes, um dos membros do CPA. Por isso o projeto se tornou uma referência para a concepção de ensino do centro.

<sup>15</sup> A Associação de Mídias Audiovisuais e Cinema do Amazonas é um coletivo que fornece cursos populares de produção audiovisual no Amazonas.

Figura 6 – Atividade do projeto Inventar com a Diferença em escola pública de Manaus



Fonte: Allan Gomes (acervo pessoal), 2014.

Para tornar viável a criação do centro, o grupo se deu conta da necessidade de equipamentos para aulas técnicas como câmeras, computadores, programas de edição de vídeo etc. Como já tinham a vivência de escrever projetos para pleitear financiamento público ou de organizações sociais, submeteram um projeto ao edital da Fundação Banco do Brasil (FBB) com o objetivo específico de aquisição de equipamentos para iniciar as atividades do CPA. Todo processo burocrático de firmar o convênio com a FBB até a compra dos equipamentos ocorreu entre 2015 e 2016:

“Em 2015 a gente fez convênio com a Fundação Banco do Brasil que possibilitou a tirada do papel a partir da aquisição de equipamentos, que foram ponto inicial da gente ter uma estrutura, da gente poder ter uma estrutura inicial que a gente pudesse fazer o que a gente já fazia (Paulo, Trindade, 2018) ”.

“Em 2016 surge a oportunidade de, através de um financiamento da Fundação Banco do Brasil, construirmos um espaço que pudesse ser orientado para a perspectiva da formação popular no audiovisual. A “demora” na criação do Centro Popular do Audiovisual acabou sendo benéfica tanto pelo acúmulo de experiências com audiovisual, quanto pelo enriquecimento de ações que puderam ser incorporadas ao centro. Além do desenvolvimento pessoal dos coordenadores do CPA no sentido de experiências enquanto facilitadores de oficinas e no papel educadores populares em cursos livres” (Allan Gomes, 2018).

Com o primeiro passo dado e uma mínima estrutura física garantida, a coordenação observou a necessidade de elaborar um documento que guiasse as práticas educativas, as parcerias e qualquer ação realizada no âmbito do CPA. Nesse intuito, foi estruturado um Projeto

Político Pedagógico ainda em 2016 que, no entanto, não chegou a ser finalizado e se tornou uma pendência no planejamento estratégico e frequentemente torna a ser pauta nas reuniões de coordenação. Em linhas gerais, o documento apresenta o Centro – objetivos; público; justificativa; base teórica; política educacional; estrutura organizativa (membros, atividades e local de funcionamento):

Audiovisual como ferramenta de empoderamento comunitário, transformação social e de luta por direitos sociais. São com essas premissas e perspectivas que nasce o Centro Popular do Audiovisual, uma proposta originalmente incubada dentro do Coletivo Difusão e que a partir de 2016 toma novos rumos de ação que serão apresentados aqui neste documento. (Projeto Político Pedagógico do Centro Popular do Audiovisual, 2016, p.01).

Ainda que este trabalho analise a atuação do CPA no ano de 2017 para fins de pesquisa científica, considero fundamental demarcar o início das ações do Centro Popular do Audiovisual. Destacamos a peça da chamada para a primeira turma de Produção Audiovisual, atividade realizada em meados de setembro de 2016.

Figura 7 – Primeira divulgação do CPA em rede social



Fonte: Facebook do Centro Popular do Audiovisual, 2016

Com o intuito de atuar na capacitação de jovens de periferia, ênfase na conscientização sobre Direitos Humanos e combate às discriminações, o Centro Popular do Audiovisual, em Manaus, insere-se na interface entre educação não formal e Comunicação Popular porque oriundo de experiências de movimentos sociais e está comprometido a atender demandas específicas identificada por setores da sociedade civil organizada.

O projeto político pedagógico do CPA está assentado no pensamento de Paulo Freire quando propõe uma formação “fundada na ética, no respeito à dignidade e na própria autonomia do

educando” e quando propicia as condições para que o educando tenha possibilidade de “assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante e transformador” (2014, p. 42) através de suas práticas de formação em comunicação e produção audiovisual.

## **2 O CAMINHO TRILHADO**

### **2.1 O ponto de partida: a visão ecossistêmica**

A proposta de uma visão ecossistêmica da vida supera a fundamentação teórica de trabalhos circunscritos no campo das ciências do ambiente, da natureza, como, num primeiro momento, o leitor que desconhece essa perspectiva pode supor. Pensar a sociedade a partir da ideia de sistemas autônomos, mas interdependentes, de organismos vivos e de equilíbrio nos revela as tramas tênues que podem existir nos subsistemas e que possibilitam situações únicas, pois se tiradas do seu contexto, do seu ambiente, perdem o sentido, a função.

Para analisar um determinado fenômeno é necessário levar em consideração as diversas variáveis que o compõem, sob o risco de tecer conclusões enviesadas, insuficientes acerca de uma dada realidade. Segundo Capra (2006, p. 259), essa percepção “baseia-se na consciência do estado de interrelação e interdependência essencial de todos os fenômenos - físicos, biológicos, psicológicos, sociais e culturais”.

A análise que despreza os vários elementos e contextos que uma situação contém e aos quais está inseparavelmente associada nada mais é que o pensamento fragmentado e fragmentador, criticado por Morin (2007, p. 15), principalmente no que se refere ao desenvolvimento de um pensamento complexo. O autor defende que é necessário haver uma superação do pensamento que isola, que separa e, para isso, sugere a “integração sistêmica” - que engloba em várias dimensões várias realidades. Ou seja, um sistema só pode ser compreendido se nele incluirmos o meio ambiente. O autor busca sensibilizar para “as enormes carências de nosso pensamento” e para compreensão de que “um pensamento mutilador conduz necessariamente a ações mutilantes”.

Os problemas sociais e ecológicos no Brasil estão atrelados ao sistema político que, por sua vez, é submisso às influências do poder econômico. Os escândalos de corrupção envolvendo grandes empresas e partidos políticos, as manifestações verde-amarelas também financiadas pelo setor privado e por partidos políticos, a proposta de reforma da previdência, a reforma do Ensino Médio, a reforma trabalhista e o próprio *impeachment* da presidente Dilma Rousseff - que foi o momento mais emblemático e catalisador de todo esse cenário - apontam para uma rede de interações e interesses que estão subjacentes à vida dos brasileiros.

Pensar sobre o perfil dos estudantes universitários exige refletir sobre questões de acesso

à educação e distribuição de renda. Assim como é possível traçar a partir das mesmas questões as raízes de movimentos culturais de periferias urbanas que expressam seu descontentamento ante as discriminações e problemas sofridos diariamente - aqui podemos citar o *hip hop* e o *funk* como expoentes de uma contracultura nacional. Enfim, por mais que a visão ecossistêmica não seja cognoscível à maioria da população e ainda que cause algum estranhamento à própria comunidade científica, decerto consegue-se estabelecer tais ligações e enxergar como o conjunto delas interfere no seu cotidiano. Para Capra e Luisi (2014) é possível concluir que os problemas atuais estão interligados:

Quando examinamos o estado em que o mundo se encontra nos dias de hoje, o que se destaca com mais evidência é de que os principais problemas do nosso tempo - energia, meio ambiente, mudanças climáticas, segurança alimentar, segurança financeira - não podem ser entendidos isoladamente. São problemas sistêmicos, e isso significa que estão todos interconectados e são interdependentes (CAPRA; LUISI, 2014, p. 447).

Em todas as situações apontadas anteriormente, bem como nas relações estabelecidas entre os sistemas social, político, econômico e cultural do país, não se pode ignorar que a comunicação, também como um sistema autônomo e interdependente, desenvolve seus processos e implica também transformações no conjunto dos sistemas mencionados. E, pensando a partir da Teoria dos Sistemas de Luhman (1997), que empresta de Maturana e Varela (1995) o conceito de autopoiese, a comunicação é capaz de gerar novas comunicações que estão sujeitas às possibilidades de aceitação ou recusa e, assim, podem abrir ou fechar o sistema. De acordo com Kunzler, se não houvesse a produção sucessiva de comunicações, os sistemas sociais não existiriam:

É curioso que esse tipo de sistema mantenha-se e, inclusive, multiplique-se, uma vez que a comunicação é um acontecimento improvável, tendo em vista três ordens de impedimentos que ocorrem quando: a) não há a compreensão; b) a mensagem não chega ao interlocutor e c) a comunicação não é aceita. Tais impedimentos são combatidos com a ajuda de alguns *media*, que são as linguagem que facilitam a compreensão, os meios de difusão que aumentam a probabilidade da mensagem chegar aos interlocutores e aos meios de comunicação generalizados simbolicamente que aumentam as chances de aceitação do evento comunicativo (KUNZLER, 2004, p. 132).

Aprender a visão ecossistêmica e o pensamento complexo me auxilia a observar, a pensar e até a problematizar o objeto de pesquisa em comunicação com outro olhar, já que a própria comunicação se dá em um ambiente social e cultural, cuja construção é influenciada e possibilitada pela circulação e significação de mensagens e informações resultantes do envolvimento de todo esse sistema e seus participantes em processos de cognição, interpretação,

inteligência e do estabelecimento de relações tanto no seu interior quanto no exterior. Para Feitoza (2011), se estabelece, assim, uma rede de interação fundamental para o ecossistema comunicativo:

Significa que o ambiente que a envolve [a comunicação] é constituído por uma rede de interação entre sistemas diferentes e que estes, embora diversos, dependem um do outro para coexistir. Significa ainda que modificações nos sistemas implicam transformações no próprio ecossistema comunicativo, uma vez que este tende a se adaptar às condições do ambiente, e, no limite, na própria cultura (p. 51).

Assimilar a comunicação a partir das possibilidades dos seus processos é pensar sob a perspectiva da visão ecossistêmica. Esse entendimento supera os estudos dos meios tecnológicos sobre os quais muitos pesquisadores focaram suas pesquisas nos primórdios da consolidação da comunicação enquanto campo científico.

Trazendo esse pensamento para a Amazônia, é fundamental que nós, amazônidas, consigamos perceber essa unidade integrada de sistemas em que estamos inseridos e que suporta vários tipos de organismos naturais, sociais, culturais e tecnológicos, proporcionando uma gama imensamente variada de relações interdependentes e compondo um ecossistema único, inclusive sob o viés comunicacional. Colferai e Monteiro (2011) denotam essa percepção e ainda apresentam dois referenciais teóricos importantes para esse pensamento:

Qualquer abordagem da Amazônia deve assumir a indissociabilidade entre a natureza e o homem, seja ela uma relação de integração ou de intervenção, pois se trata de aspecto fundamental para entendê-la. Para tal, acreditamos que as modernas teorias da complexidade e ecossistêmicas, que envolvem os mais diferentes campos do conhecimento, devem ser consideradas e tomadas como ponto de partida para a pesquisa em comunicação na Amazônia ( p. 34).

A assunção de uma postura de protagonismo amazônida na pesquisa em comunicação, possível a partir das relações de identidade e afetividade para com esta região e que contribuem para a atenção a detalhes, porventura, despercebidos em outros trabalhos científicos, me impõe a missão de olhar e pensar a comunicação na e da Amazônia por meio de suas singularidades culturais, naturais e sociais que também estão inseridas num contexto maior, nacional e global, nos servindo da visão ecossistêmica aqui proposta.

## **2.2 Onde quero chegar**

Quando penso sobre as decisões políticas que tem acontecido no Brasil e as forças conservadoras e neoliberais que chegaram ao poder institucional, é urgente que façamos, enquanto sociedade, uma reflexão acerca dos espaços de educação e as conexões que podemos articular

para garantir a construção de uma cidadania pautada pelo respeito aos Direitos Humanos. Perceber e analisar experiências inovadoras é um caminho para continuar resistindo e produzindo conhecimento no campo da comunicação.

Meu intuito com este trabalho é estabelecer uma reflexão interdisciplinar entre campos que se conectam através da atuação do Centro Popular do Audiovisual, notadamente Educação e Comunicação, mas também levantar questões sobre política, movimentos sociais e ativismo, me servindo de conceitos filosóficos em debate atualmente como lugar de fala (RIBEIRO, 2017) e empoderamento (BERTH, 2017).

Quero tecer provocações para sair de uma zona de conforto onde a educação é responsabilidade apenas das instituições formalizadas pelo Estado, em direção ao entendimento de que a educação acontece a todo momento em diferentes contextos da vida e que depende de cada um de nós como sujeito social. Pretendo, assim, alcançar possibilidades de pensamento e ação pautada em uma visão ecossistêmica, em que observo como laboratório dessas possibilidades o CPA.

A partir da análise sobre possíveis discrepâncias entre discurso e prática do CPA, me empenho em diagnosticar problemas que prejudicam, em alguma medida, os processos de formação em um espaço de educação não formal e o exercício da Comunicação Popular; identificar conhecimentos e práticas originados nesse ambiente que possam ser aproveitados por outras iniciativas; apontar soluções que possam retornar ao grupo pesquisado para o aperfeiçoamento de suas práticas educativas e o alinhamento entre práticas e pretensões.

### **2.3 O caminho que percorri**

Desde a formulação do problema até a sistematização das etapas desta pesquisa, estou baseada no pensamento ecossistêmico que lança novos olhares sobre o mundo a fim de compreender as tramas que se entrelaçam nos diferentes aspectos da vida. Ou seja, concordo que não é possível investigar determinada realidade se a enxergarmos de forma isolada. Para conciliar com este pensamento, defini este trabalho como pesquisa qualitativa, pois, de acordo com Chizzotti (2001, p. 79), a pesquisa qualitativa “parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito”.

### **2.4 Procedimento**

No propósito de constituir um roteiro metodológico para as etapas mais concretas da pesquisa, optei por iniciar a investigação nos estudos bibliográficos em Educação, Comunicação e Movimentos Sociais. Em seguida, a pesquisa deteve-se ao objetivo de

coletar informações sobre concepção e execução do processo de formação em comunicação popular no Centro Popular do Audiovisual, em busca de apreender em que momento surge a necessidade da comunicação como estratégia política e se há coerência entre discurso e prática.

Segundo Chizzotti (2001, p. 89), “os dados são colhidos, iterativamente, num processo de idas e voltas, nas diversas etapas da pesquisa e na interação com seus sujeitos”. Por isso, elenco alguns instrumentos metodológicos aos quais recorri em diferentes etapas da pesquisa e/ou concomitantemente, de acordo com a complexidade e a necessidade encontradas para coletar e interpretar os dados referentes às ações e decisões dos atores sociais e dos vínculos destes com o contexto social em que estão inseridos.

Primeiramente, parti de uma pesquisa exploratória, realizada ao longo de 2017, a fim de delimitar o foco da investigação. Portanto, durante essa primeira fase, utilizando técnicas de pesquisa bibliográfica e observação participante, verifiquei conceitos e teorias relacionadas aos temas Comunicação e Educação, bem como trabalhos acadêmicos - no âmbito da Universidade Federal do Amazonas - cujo objeto de estudo se conectam ao nosso trabalho; identifiquei os atores sociais aos quais dediquei mais atenção nas entrevistas individuais; busquei conhecimento por meio de estudos dirigidos na disciplina Educação, Cultura e Desafios Amazônicos oferecida pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Ufam; por último, discrimino quais documentos e conteúdos foram analisados.

## **2.5 Desenvolvimento da pesquisa**

### **• Observação participante**

Durante a etapa da pesquisa exploratória, a observação participante natural (MARCONI; LAKATOS, 2001) foi fundamental para reconhecer aspectos subjacentes ao universo do sujeito e do objeto de estudo, “a partir dos quais se apreende uma questão específica e a totalidade onde acontece a questão observada” (CHIZZOTTI, 2001, p. 16). Sendo assim, estive presente em atividades do Centro Popular do Audiovisual ao longo do ano de 2017, discriminadas na Tabela 1. De modo que esse acompanhamento me permitiu traçar o ecossistema do Centro Popular do Audiovisual e seus atores sociais.

O uso da observação participante foi imprescindível por ser instrumento viável para coletar dados, atribuir significados no decorrer do processo de construção do conhecimento e reunir evidências que me direcionaram aos resultados esperados. As relações dinâmicas estabelecidas entre os atores sociais inseridos no ecossistema do Centro Popular do Audiovisual me indicaram circunstâncias inexploradas do problema e do próprio objeto, ou mesmo novos contornos para o que já havia sido detectado na pesquisa exploratória.

O objetivo do uso da observação participante, de acordo com Chizzotti (2001, p. 82), o qual concordo, foi alcançar uma compreensão global dos fenômenos por meio de uma conduta participante que “partilhe da cultura, das práticas, das percepções e experiências dos sujeitos da pesquisa, procurando compreender a significação social por eles atribuídas ao mundo que os circunda e aos atos que realizam”.

Tabela 2 – Atividades do Centro Popular do Audiovisual acompanhadas *in loco*

<b>Atividade</b>	<b>Mês</b>	<b>Parceiros</b>	<b>Local</b>
Oficina de Comunicação Popular para Juventude Ribeirinha	Fevereiro	Fundação Vitória Amazônica; ICMBio	Sede da Fundação Vitória Amazônica (Novo Airão/AM)
Cineclubes Tudo Muda Após o Play, especial Feminismos	Março	Coletivo Difusão	Sede do Coletivo Difusão (Manaus/AM)
Debate e Exposição Produção fotográfica e audiovisual em comunidades ribeirinhas	Abril	Agência de jornalismo Amazônia Real	Paiol da Cultura/INPA (Manaus/AM)
Diálogos Audiovisuais - Temática LGBT	Maio	Coletivo Difusão e Faculdade Estácio FAP (Belém/PA)	Sede do Coletivo Difusão (Manaus/AM)
Minicurso “Hackeando Dados Públicos usando Python”	Agosto	Coletivo Difusão; Núcleo de Estudos e Práticas em Cibercultura; PyNorte	Sede do Coletivo Difusão (Manaus/AM)
Reunião com Fundação Banco do Brasil	Dezembro	Atividade fechada (apenas núcleo diretor do CPA e representante da FBB)	Sede do Coletivo Difusão (Manaus/AM)

Fonte: elaborado pela autora.

### • Entrevista

A entrevista é um dos principais instrumentos dos quais a pesquisa qualitativa se aproveita, uma vez que os procedimentos metodológicos neste tipo de pesquisa devem captar as subjetividades dos participantes. O próprio conhecimento das circunstâncias da sua existência é o que norteia os atores sociais a tomarem consciência da realidade e, assim, admitirem um posicionamento estratégico nas tensões em que se encontram. A entrevista me serviu como instrumento para coletar informações sobre os elementos dessa consciência da realidade no discurso livre. Foi necessário estabelecer, da minha parte, a escuta atenta, considerando também

a comunicação não-verbal e a postura dos entrevistados como componentes das características pessoais de cada um.

Para a condução desta pesquisa, dividi as entrevistas em dois tipos (individuais e grupais) e três categorias (direção, colaboradores e público-alvo). A primeira categoria reúne aqueles que participaram da criação e compõem um núcleo fixo de coordenação das atividades do Centro Popular do Audiovisual. A segunda categoria diz respeito aos colaboradores - pessoas que participam com frequência das atividades, seja como proponente ou como realizador, mas que não fazem parte do núcleo diretor. Por fim, a categoria público-alvo é referente aos educandos dos cursos de formação em comunicação popular e às pessoas que participaram de alguma atividade do CPA.

Segui os preceitos de Kaufmann (2013, p. 74) sobre a técnica da entrevista compreensiva, em que “mais do que constituir uma amostra, trata-se de escolher bem seus informantes”. Durante a fase exploratória, identifiquei um grupo de 19 pessoas para a fase de entrevistas. No entanto, devido a dificuldades de agenda e para não prejudicar o andamento da pesquisa, optei por priorizar o núcleo diretor do CPA, dois colaboradores e quatro educandos, conforme disposto na tabela abaixo.

Tabela 3 – Amostra de entrevistados divididos por tipos de entrevista e categorias

<b>Tipo de entrevista</b>	<b>Categoria</b>	<b>Instituição</b>	<b>Nome</b>
Individual	Direção	Centro Popular do Audiovisual	Michell e Andrews
Individual	Direção	Centro Popular do Audiovisual	Paulo Trindade
Individual	Direção	Centro Popular do Audiovisual	Allan Gomes
Individual	Direção	Centro Popular do Audiovisual	Caio Mota
Individual	Colaboradora	Proteja Amazônia	Juliana Pesqueira
Individual	Colaborador	Núcleo de Estudos e Práticas em Cibercultura	Hemanuel Veras
Grupal	Público-alvo		4 pessoas

Fonte: elaborado pela autora.

A entrevista compreensiva demanda a quebra da hierarquia tradicional na relação

pesquisador-entrevistado, evitando a utilização de questionários verticais onde o pesquisador se coloca numa posição superior a do seu informante. A orientação de Kaufmann (2013, p.79) é buscar uma dinâmica cujo tom é “mais próximo de uma conversa entre dois indivíduos iguais”. Para isso, elaborei um roteiro de perguntas para conduzir as entrevistas de forma lógica e coerente com os objetivos da pesquisa, porém deixei espaço para que o fluxo do diálogo não se limitasse ao roteiro, procurando acessar o máximo de informações e subjetividades possíveis.

Ainda na fase das entrevistas, utilizei também a técnica do relançamento - aprofundar uma pergunta enquanto se explora os indicativos que possibilitem uma mediação mais definida. Assim, demonstra-se empatia para com o entrevistado, no sentido de basear o diálogo num extremo interesse nas informações e opiniões comunicadas que denotam as subjetividades daquele indivíduo. É necessário pontuar que, devido a uma questão de disponibilidade de tempo dos entrevistados em consonância com o cronograma da pesquisa, as entrevistas foram realizadas entre os meses de julho e setembro de 2018, presenciais (face a face) e à distância - por meio da internet como instrumento, utilizando a plataforma de video-chamada *Hangouts* e a ferramenta de questionário online *Google Forms* para os educandos.

#### • Análise de conteúdo

O conteúdo em texto (escrito e audiovisual) de diferentes emissores (por exemplo, o próprio Centro, parceiros e imprensa) também me auxiliaram na investigação sobre as práticas do CPA. De acordo com Bauer (2002, p. 198), a análise de conteúdo é um instrumento utilizado nas pesquisas qualitativas para identificar e apreender “inferências válidas de um texto sobre emissores, a própria mensagem, ou a audiência da mensagem”.

Para cada um dos conteúdos listados na Tabela 3, utilizei procedimentos específicos conforme a dimensão (sintática ou semântica) que desejamos analisar. A análise sintática atenta para emissores e interrelações, descrevendo os meios de expressão e influência sobre seu público. Ou seja, como é transmitido determinado conteúdo. Enquanto a análise semântica se detém exatamente sobre o que é dito no texto e seu sentido, chegando a observar a ocorrência do uso repetido de determinadas palavras como indicador de sentidos associativos. Sendo assim, listei conteúdos relacionados ao CPA sobre os quais dedico uma análise aprofundada no intuito de assimilar o significado manifesto ou oculto nas mensagens e transmissões.

Tabela 4 – Conteúdos relacionados ao CPA coletados e analisados

<b>Conteúdo</b>	<b>Emissor</b>	<b>Mídia</b>	<b>Análise</b>
Publicações para divulgação de atividades do CPA	CPA	Facebook Medium	Semântica
Publicações relacionadas a alguma atividade em parceria	Parceiros institucionais	Facebook	Sintática
Conteúdo jornalístico	Imprensa	Websites	Sintática
Projeto Político Pedagógico	CPA	Documento	Semântica
Relatório de planejamento e atividade	CPA	Documento	Semântica

Fonte: elaborado pela autora.

### • Análise e interpretação dos dados

Após a coleta de dados realizada por meio de observação participante, de entrevistas e de análise de conteúdo, me dediquei a sistematizar, analisar e relacionar tais dados com as inferências, sob a luz das teorias as quais me baseio para compreender os resultados alcançados. Esta etapa exigiu um estudo minucioso das informações reunidas, pois foi nesse momento que busquei as respostas aos questionamentos suscitados desde o início da pesquisa, em que posso tecer críticas e apontar soluções para o problema, bem como verificar se os caminhos que tomei se mantiveram firmes ou se fui levada a outras situações não previstas e de que modo essa trajetória contribui para o estudo.

O material coletado me indicou em que medida as experiências pessoais dos idealizadores influenciam a criação e norteiam as ações do Centro Popular do Audiovisual. Em relação aos parceiros e ao público-alvo, investiguei se a diversidade de respostas desses atores aponta para uma visão comum, concatenada com os objetivos do Centro previstas no Projeto Político Pedagógico e organizadas nas reuniões de planejamento.

## 2.5 O ecossistema do CPA

### • Lugar de fala: a diversidade de quem faz o CPA

Optei por percorrer antes a vivência dos membros que compõem a direção do Centro Popular do Audiovisual por entender que o perfil de cada um é que direciona as temáticas das ações realizadas pelo Centro e, ainda, que a capacidade de ação coletiva nasce na experiência de vida de cada membro para, então, conectar-se a outras pessoas e organizações. Dados levantados durante a fase de pesquisa exploratória e pesquisa de campo me possibilitaram construir uma curta

biografia das pessoas que compõem a direção a fim de que possamos assimilar a elaboração da agenda do CPA.

1. Allan Gomes: um dos fundadores do Coletivo Difusão, hoje integra a direção do CPA. Cineasta, jornalista e mestrando no Programa de Pós-graduação em Cinema e Audiovisual da UFF. Participa do projeto Proteja Amazônia, onde desenvolve atividades de Comunicação Popular. Sua atuação se dá em torno do audiovisual como plataforma para construção da cidadania.
2. Caio Mota: jornalista, ex-membro do Coletivo Difusão e da rede Fora do Eixo. Direção do Centro Popular do Audiovisual, coordena os trabalhos no projeto Proteja Amazônia. Possui forte ligação com os movimentos sociais do campo (MAB, CPT) e organizações ambientalistas (ICV, International Rivers).
3. Hemanuel Veras: jornalista, mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade Federal do Amazonas. É colaborador pontual e se dedica principalmente às atividades do Núcleo de Estudos e Práticas em Cibercultura, criado dentro do CPA para dar conta de temas ligados à cultura digital.
4. Juliana Pesqueira: fotógrafa, estudante de Estatística da Ufam. É a integrante mais nova e recente do Centro Popular do Audiovisual, iniciou sua participação quando foi convidada a registrar as ações do Proteja Amazônia no Fórum Teles Pires<sup>16</sup>.
5. Michelle Andrews: produtora cultural e realizadora audiovisual. Iniciou sua trajetória como ativista do movimento negro em Manaus através do *Hip Hop*. Foi uma das fundadoras do Coletivo Difusão, permanecendo como membro ativo até hoje.
6. Paulo Trindade: artista visual e pesquisador. Mestrando no Programa de Pós-graduação em Antropologia da Ufam, onde também atuou como professor substituto do curso de Artes Visuais da Faculdade de Artes. É ativista do movimento LGBT, pauta que perpassa sua atuação na arte e na academia.

Observei um grupo diversificado em realidades de vida, mas que apresentam alguns pontos em comum, especialmente em relação a contextos de marcadas desigualdades sociais em que pesam preconceitos de raça, gênero, entre outros. Por exemplo, a militância feminista negra de Michelle Andrews e a pauta LGBT nos trabalhos de Paulo Trindade como posicionamento pessoal da sua vivência, a articulação de Caio Mota com povos tradicionais do campo e organizações atuantes nesse cenário.

Como grupo, consciente das questões sociais que influenciam os espaços que lhes permitem ser ocupados, buscam criar ferramentas para enfrentar silêncios institucionais

---

<sup>16</sup> Ver “A visão ecossistêmica sobre uma experiência na Amazônia: O Centro Popular do Audiovisual na Caravana Teles Pires” (BOTELHO; MARTINS, 2017).

impostos diariamente e de diferentes formas. A maioria dos membros do CPA possui graduação e alguns desenvolvem pesquisa no âmbito da pós-graduação. Posso afirmar que aproveitam desse diálogo com a Academia tanto para aproximação quanto para problematização sobre ocupação da Universidade como espaço democrático da sociedade, o que indica um pensamento estratégico no sentido de subverter fronteiras e espaços privilegiados, criando novas formas de organização política, cultural e intelectual a partir de experiências pouco visibilizadas por estes espaços.

Essa mentalidade configura o uso do lugar de fala de cada membro do CPA para tecer caminhos por meio de uma ação coletiva que esteja ligada e direcionada a atender demandas de grupos socialmente minoritários, fazendo-os reconhecer suas potencialidades e construindo possibilidades a partir de suas vivências. Nesse sentido, concordo com Ribeiro (2017, p.64) ao afirmar que acessar e ocupar determinados espaços se revela como recurso para (re)existir e resistir no Brasil atual.

Não poder acessar certos espaços, acarreta em não se ter produções e epistemologias desses grupos nesses espaços; não poder estar de forma justa nas universidades, meios de comunicação, política institucional, por exemplo, impossibilita que as vozes dos indivíduos desses grupos sejam catalogadas, ouvidas, inclusive, até de quem tem mais acesso à Internet. O falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir.

#### • As ações

A atuação do CPA tem como base os Direitos Humanos. Assim, todas as ações que são articuladas e desenvolvidas estão de acordo com uma cultura de promoção, garantia e fortalecimento dos Direitos Humanos nos diferentes contextos em que se dão as ações. A partir desse entendimento, o objetivo principal é utilizar os processos de formação em Comunicação Popular como ferramenta de luta social de grupos que, historicamente, são marginalizados, com intuito de criar um ambiente para florescer narrativas que traduzam a identidade e a memória dessas pessoas. As ações se dão em torno de alguns objetivos específicos, tais como:

Capacitar jovens priorizando a participação de jovens da periferia, mulheres, afrodescendentes e indígenas nas atividades; fortalecer as lutas por direitos sociais através de ações de formação em comunicação trabalhando a relação do audiovisual com os direitos humanos; articular as produções audiovisuais das atividades de formação com as pautas de movimentos sociais que atuam na Amazônia; contribuir com o empoderamento de jovens através do audiovisual. (Projeto Político Pedagógico do CPA, 2016, p.3).

Empoderamento é um conceito primordial para compreender como as ações do CPA são pensadas e promovidas. De acordo com Arendt (2001), citada por Berth (2017), o poder se dá por meio da ação coletiva.

(...) O poder corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas para agir em conjunto. O poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e permanece em existência apenas na medida em que o grupo conserva-se unido. Quando dizemos que alguém está “no poder”, na realidade nos referimos ao fato de que ele foi empossado por um certo número de pessoas para agir em seu nome. (ARENDDT, 2001, p. 36 apud BERTH, 2017, p. 12).

Na perspectiva foucaultiana (1979), o poder dentro das relações estabelecidas nas instituições do Estado, incluídas as de educação formal, é usado para impor disciplina por meio de uma conduta normatizadora. Ou seja, o poder é ferramenta de dominação dos indivíduos. Para subverter essa lógica, o empoderamento como processo possível pela ação coletiva é aplicado como prática educativa, utilizado como ferramenta para emancipação social e política dos atores do Centro Popular do Audiovisual. Como espaço de educação não formal, é possível que o Centro tenha abertura para construir essa consciência a partir das vivências de seus educadores, educandos, núcleo diretor, colaboradores e parceiros, uma vez que as experiências de troca de conhecimento estão baseadas no compartilhar, no ouvir, no entender a ação coletiva como ponte para transformação social.

O CPA não chega com uma estrutura, com uma metodologia fechada, ele se propõe a fazer adaptações dentro da metodologia para poder contemplar cada território, cada comunidade, cada ação que vai fazer. Não chega com uma metodologia fechada e impõe esses ensinamentos, essas informações. Ela é dinâmica [a metodologia], ela vai se construindo. A gente tem as ferramentas, mas as ferramentas são apenas ferramentas se você não souber como é a dinâmica de cada lugar, ela não vai funcionar, ela não tem finalidade. Ela é apenas uma ferramenta. E o CPA se propõe a isso, ele traz as dinâmicas dos lugares, traz as problematizações, e usa a ferramenta para fazer essa diferença. Isso é inovador. (Juliana Pesqueira, 2018)<sup>17</sup>.

O processo de empoderamento como ação coletiva está conectado ao pensamento freiriano de que a educação é imprescindível para transformação social que, por sua vez, é provocada pela afirmação da liberdade. A influência da concepção de educação e sociedade de Paulo Freire (1967) no escopo das ações do Centro está manifesta no Projeto Político Pedagógico (2016): “a compreensão desta pedagogia em sua dimensão prática, política ou social, requer, portanto, clareza quanto a este aspecto fundamental: a ideia da liberdade só adquire plena significação quando comunga com a luta concreta dos homens por libertar-se” (FREIRE, 1967, p. 9 apud Centro Popular do Audiovisual, 2016, p. 6).

A estruturação das ações, seus objetivos e metodologias, partem de um diagnóstico local

<sup>17</sup> Entrevista concedida por PESQUEIRA, Juliana. 1 arquivo .mp3 [27 min]. Entrevistadora: Jéssica Tainah da Silva Botelho. Manaus, 2018.

com base no questionamento sobre as relações de poder estabelecidas naquele contexto, a fim de criar novos caminhos para atuação do Centro que não reproduzam as relações de dominação dos educandos para com outras instituições. Esse cuidado não foi estabelecido naturalmente, a experiência de membros do CPA em comunidades indígenas se mostrou uma lição sobre reconhecer e respeitar uma realidade a qual não se está inserido no cotidiano para, então, iniciar um diálogo e, posteriormente, processos de formação.

Enquanto o CPA reconhece a importância da participação dos indígenas na elaboração das oficinas e das atividades como estratégia para comunicar de forma inclusiva e democrática, os consórcios fazem o contrário, as oficinas oferecidas como compensação pelos danos ambientais são construídas dentro de escritórios, de forma vertical, sem considerar o contexto sociocultural das populações e sem qualquer espaço para que os indígenas opinem sobre o que é feito. Ou seja, é apenas o cumprimento burocrático de uma obrigação legal. (BOTELHO, 2017, p. 283).

Analisando as ações que foram divulgadas na página do Centro Popular do Audiovisual no *Facebook*, mapeei 75 atividades no período de 6 de janeiro a 11 de dezembro de 2017, realizadas principalmente em Manaus e em outras localidades como Novo Airão (AM), Comunidade Rio Pardo (Presidente Figueiredo/AM), comunidades indígenas Munduruku, Apiaká e Kaiabi na bacia do Tapajós (fronteira entre Pará e Mato Grosso), Parintins (AM), Belém (PA), Londres (ING).

Verifiquei que os tipos de atividades não se limitam a processos de formação tradicionais como cursos, oficinas, *workshops*, palestras e eventos acadêmicos. Contemplam também eventos culturais (festivais, circuitos e feiras), cineclubes (exibição audiovisual seguida de debate), audiências públicas, bate-papo e instalações artísticas. Estas ações ocorrem de três formas distintas, relacionadas ao proponente:

- Atividades criadas e desenvolvidas pelo próprio CPA, em que seus membros e colaboradores têm participação direta na construção e execução da proposta;
- Atividades em que o CPA atua como parceiro (desenvolvendo alguma ação específica) ou convidado (quando compartilha experiências);
- Atividades que o CPA apoia cedendo equipamentos (por exemplo, telão inflável, projetor, computador e caixa de som para sessões de exibição audiovisual) e/ou fazendo registro e divulgação na sua rede de contatos e parceiros.

Temáticas relacionadas às atividades:

- **Cineclubismo:** por meio do seu cineclubes Tudo Muda Após o Play e do apoio a outros cineclubes, é uma das principais linhas de atuação do CPA, uma vez que utiliza como

prática educativa para refletir sobre situações, temas em pauta na sociedade;

- **LGBT:** aqui identificamos que Paulo Trindade, membro do CPA, assumidamente homossexual é quem pauta atividades nessa temática;
- **Cibercultura:** devido a criação do Núcleo de Estudos e Práticas em Cibercultura (Nepciber), subgrupo que surge dentro do CPA com intuito de desenvolver, especificamente, ações na temática da cibercultura;
- **Amazônia:** aqui aparece a maioria dos parceiros que atuam em outros territórios para além da cidade de Manaus. Dessa forma, a atuação do CPA não fica limitada ao contexto urbano;
- **Feminismos:** atividades provocadas e incentivadas pelas mulheres (Michelle Andrews e Juliana Pesqueira) que integram a coordenação do CPA;
- **Produção audiovisual regional:** debates com realizadores, cineastas e pesquisadores. Nessa temática há a participação mais direta de Allan Gomes por ser mais envolvido com o segmento;
- **Movimento indígena; comunidades tradicionais:** essa temática está diretamente ligada à atuação dos membros do CPA no Fórum Teles Pires através do projeto Proteja Amazônia, principalmente Caio Mota.

O tempo de duração de cada ação tem uma variação de acordo com a proposta da atividade e a disponibilidade do educador, podendo ser uma agenda pontual (eventos e campanhas) ou mais complexa (cursos, ação direta com comunidades como o Fórum Teles Pires). Métodos de avaliação nem sempre são pensados e aplicados, e é comum que haja uma conversa informal para ouvir a opinião dos educandos sobre a atividade.

#### • **Parcerias**

O CPA herdou do Coletivo Difusão uma atuação em rede, o que significa atuar de forma integrada e aberta, com capacidade de expansão em conjunto com outras organizações que se comunicam e compartilham dos mesmos princípios, códigos de comunicação. É um processo de articulação assentado em cultura propositiva, experiência associativista e construção de agenda comum. Para Gohn (2010, p. 14), essa postura define uma nova reconfiguração da atuação dos movimentos sociais em tempos de lutas potencializadas por tecnologias de comunicação e informação.

Os movimentos sociais progressistas atuam segundo uma agenda emancipatória, realizam diagnósticos sobre a realidade social e constroem propostas. Atuando em redes, articulam ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social.

O CPA conecta-se a diversos parceiros para viabilizar a realização de suas ações, estabelecendo um ecossistema que é tanto iniciado no Centro quanto independente dele. Ao conectar-se com outras organizações, instituições, movimentos sociais, artistas, o CPA expande a sua atuação, viabiliza ações e confirma a sua prática social em torno de determinadas lutas. Ao analisar o conteúdo publicado na sua página no *Facebook*, constatei 34 parcerias realizadas ao longo do ano de 2017.

Tabela 5 – Lista de parceiros em ações do CPA, por ordem cronológica

<b>Nome</b>	<b>Categoria</b>	<b>Origem</b>
Rede de Cineclubes do Amazonas	Coletivo	Manaus/AM
Movimento UFAM Sem LGBTfobia	Coletivo	Manaus/AM
Coletivo Difusão	Coletivo	Manaus/AM
Nepciber	Coletivo	Manaus/AM
Prefeitura Municipal de Novo Airão	Poder Público	Novo Airão/AM
Fundação Vitória Amazônia	Movimento social	Manaus/AM
ICMBio	Poder Público	Manaus/AM
Fórum Teles Pires	Coletivo	Cuiabá/MT
Agência de jornalismo Amazônia Real	Empresa	Manaus/AM
Sávio Stocco	Academia	Manaus/AM
Sérgio Andrade	Pessoa física (cineasta)	Manaus/AM
Coletivo NozVJ	Coletivo	Belém/PA
Curso de Artes Visuais/UFAM	Academia	Parintins/AM
Fundação Banco do Brasil	Poder Público	Brasília/DF
Conselho Municipal de Juventude de Manaus	Poder Público	Manaus/AM
Allyster Fagundes	Pessoa Física (cineasta)	Belém/PA

<b>Nome</b>	<b>Categoria</b>	<b>Origem</b>
Museu Amazônico do Largo	Academia	Manaus/AM
Deise Montardo	Academia	Manaus/AM
Ennio Candotti	Academia	Manaus/AM
Centro Acadêmico de Jornalismo/UFAM	Academia	Manaus/AM
Movimento Miga! Sua Loka	Coletivo	Manaus/AM
Manifesta LGBT	Movimento Social	Manaus/AM
Cláudio Lavor (Biosphere Records)	Pessoa física Projeto independente	Boa Vista/RR
Na Cuiá Produtora Cultural	Projeto Independente	Belém/PA
Site de notícias Mappingua Nerd	Coletivo	Manaus/AM
Centro de Artes Visuais Galeria do Largo	Poder Público	Manaus/AM
Ephraim Lisboa (Viva Melhor Sabendo Jovem)	Pessoa física Projeto Independente	Manaus/AM
Maracatu Pedra Encantada	Coletivo Projeto Independente	Manaus/AM
Sesc AM	Empresa	Manaus/AM
Conselho Comunitário Bairro da Glória	Movimento social	Manaus/AM
Amacine Futuros Cineastas	Coletivo	Manaus/AM
Renata Aquino Ribeiro	Academia Pessoa Física	São Paulo/SP
Roberta Carvalho	Pessoa Física	Manaus/AM
Nil Lima	Pessoa Física	Manaus/AM

Fonte: elaborado pela autora.

Desse mapeamento e das atividades que acompanhei *in loco*, pude inferir que a atuação do CPA não se limita a apenas um tipo de organização, conforme a figura a seguir, e que há o entendimento do CPA como ferramenta para articulação de diversas ações que extrapolam o campo do audiovisual.

Figura 8 – Ecossistema de parceiros do CPA



Fonte: Elaborado pela autora.

Naturalmente, a maioria das parcerias realizadas é com organizações, projetos e pessoas de Manaus, uma vez que é a cidade de origem do CPA e onde se concentram seus membros. No entanto, há um esforço de expandir a rede de atuação para outros municípios amazonenses além da capital (Novo Airão e Parintins) e outros estados brasileiros da Amazônia Legal (Pará, Roraima e Mato Grosso).

O Coletivo Difusão figura como principal parceiro nas ações do CPA, isso se deve à ligação dos membros, à atuação nas mesmas temáticas (ou aproximadas) e ao uso do espaço físico do coletivo – o CPA não possui sede, ocupa uma sala no Coletivo e quando necessário faz uso de outros espaços dentro da sede do Difusão. A atuação de ambos se confunde, mas não é possível afirmar que o CPA é um braço técnico do Coletivo, pois as atividades e articulações de cada um são independentes.

Embora em menor número, o CPA também se conecta à instituições do poder público. É importante ressaltar que essa atuação em conjunto com setor governamental não significa o

rompimento com sua raiz ativista de movimentos sociais que buscam romper com o “discurso oficial”. Pelo contrário, conforme explica Gohn (1999, p. 27), as organizações coletivas reconfiguram fluxos de relações e práticas sociais no associativismo e, portanto, “passaram a atuar como mediadoras de ações desenvolvidas em parceria entre setores das secretarias e aparelhos do poder público”.

As parcerias estabelecidas pelo Centro Popular do Audiovisual com instituições governamentais revelam o entendimento sobre a necessidade de ocupar esses espaços no sentido de provocar novas ações e reflexões, buscando cooperar de acordo com o projeto pedagógico e social que se tem como concepção e aproveitando as oportunidades que surgem. É uma chance para chegar a territórios que, por conta própria, o CPA não teria condições, como indica a fala de Juliana Pesqueira, colaboradora do centro:

É muito por ele [CPA] ser convidado. Então, o CPA chega nesses territórios e já existe o trabalho de alguma instituição e ele é convidado a estar nesses espaços, a estar nesses lugares. Ele chega no momento que já tem as instituições lá dentro, ele aproveita os recursos dessas instituições para estar dentro desse território (Juliana Pesqueira, 2018).

A noção ampla de rede e suas dinâmicas permitem compreender os elos que constituem seu ecossistema e a potencialidade que cada elo - sejam instituições, organizações ou pessoas - possui para garantir a sustentabilidade do CPA e a realização do programa educacional construído para dialogar com os diversos segmentos da sociedade, cuja base está estruturada em quatro ~~após~~ de acordo com o Projeto Político Pedagógico do CPA (2016), que são:

- a) Formação Técnica: capacitação em técnicas de produção audiovisual;
- b) Política de formação permanente e continuada: formação em comunicação compreendendo o audiovisual como ferramenta social e entendendo que formação é um processo contínuo e permanente, que se desenvolve nos diversos momentos da vida cotidiana;
- c) Ação coletiva e livre compartilhamento de informação e produção: formação baseada na construção coletiva, da compreensão de coletividade, do estímulo à construção de espaços colaborativos, da participação cidadã e do entendimento da importância da livre circulação de conhecimento e produção;
- d) Concepção libertadora: capacitar jovens para a reflexão crítica, a partir de uma concepção dialógica sobre o mundo em que estão inseridos e a percepção de suas múltiplas dimensões e relações sociais, associando teorias e práticas heterogêneas do cotidiano do trabalho, da família e da comunidade.

### **3 ENTRE DISCURSO E PRÁTICA: RESULTADOS DA ANÁLISE DO CPA**

Observei a oportunidade de contribuir para um debate amplo sobre a ação política de movimentos sociais a partir de estratégias em educação e comunicação por meio da análise sobre a concepção de criação do Centro Popular Audiovisual e o processo de formação oferecido. Meu objetivo é verificar se existe discrepância entre discurso e prática para, então, identificar problemas e desafios. Assim, poderei apontar possíveis soluções e caminhos.

Para construir esse panorama, participei ativamente de atividades do CPA, observei cuidadosamente reuniões do núcleo diretor, entrevistei fundadores e colaboradores, colhi opiniões de educandos por meio de formulário e estudei documentos e publicações. Optei por ferramentas metodológicas que me auxiliassem a compreender o universo do CPA em detalhes, desde as experiências propostas até parceiros institucionais a quem se conecta, o que me serviu também para indicar quais elementos do modelo de atuação podem ser aproveitados e replicados em organizações coletivas.

É importante destacar a complexidade de reunir um grupo de educandos presencialmente. Essa etapa se mostrou tarefa árdua por questões de disponibilidade de agenda, foram várias remarcações e ausências. Assim, para não prejudicar o andamento da pesquisa, optei por aplicar um formulário aberto aos educandos que forneceram seus e-mails na inscrição das atividades e expressaram desejo de colaborar com o aprimoramento das atividades do CPA. A amostra de educandos que responderam ao formulário se constituiu desta forma: 2 homens, 2 mulheres; idade entre 22 e 32 anos; 2 pessoas que participam de movimentos sociais (juventude negra e movimento LGBT) e 2 pessoas que não integram nenhum tipo de organização coletiva; participaram entre 1 e 5 atividades do CPA. Sobre as pautas com as quais se identificam, as respostas foram: feminismo e questões de gênero, movimento negro e questões raciais, Direitos Humanos, movimento artístico, comunicação comunitária.

A investigação deste trabalho foi orientada pelo entendimento de que “compreender e analisar esses percalços nos deixam mais preparados para agir e transformar o mundo que nos cerca” (GOMES; GONÇALVES; STEDILE; CHÃ, 2015, p. 194). O diálogo interdisciplinar estabelecido na concepção e na atuação do CPA refere-se também à juventude e aos Direitos Humanos, com intencionalidades política e pedagógica. Nesse sentido, convém questionar “que práticas sociais estão ajudando a formar os sujeitos sociais com quem trabalhamos? Que pedagogia cada uma delas encarna? Como construir tempos e espaços que se mantenham em movimento?” (CALDART, 2011, p. 193).

De modo geral, o Centro Popular do Audiovisual une preocupação vinculada ao compromisso com projeto emancipatório da educação e a prática política da comunicação. A

criação de novas narrativas é tanto exercício estético quanto mecanismo para subverter estereótipos e reducionismos criados pelo senso comum e cristalizados pela mídia tradicional. Os temas giram em torno de possibilidades transformadoras, conectadas a identidades sociais como produtos históricos e capazes de mudanças dinâmicas.

A produção discursiva é orientada para representação da realidade a partir daqueles sujeitos que a vivenciam. Essa representação é a dimensão realista da luta e de diferentes contextos sociais, uma vez que identidades e realidades mudam, reconfiguram-se. Portanto, não há assunção de imparcialidade na produção audiovisual e na comunicação popular desenvolvida pelo CPA. Pretende-se alcançar uma atuação baseada em pluralidade de vivências e um público desassistido em termos de projetos sociais, conforme relatam os integrantes:

“No trabalho desenvolvido no ambiente urbano de uma capital como Manaus, entendemos que há uma carência enorme de formação cidadã, orientada na perspectiva dos direitos humanos, e sobretudo carência de formação não utilitarista, no sentido de o foco da educação tradicional ser orientada para o mercado de trabalho, então passamos a incorporar, além da preocupação com essa inserção profissional, uma agenda humanista. Isso se apresenta desde a seleção dos alunos das oficinas e cursos, onde procuramos atender a uma paridade de gênero e diversidade de etnias, até o próprio material utilizado nas aulas” (Allan Gomes, 2018).

“A gente parte dos Direitos Humanos e faz um recorte de juventude porque não tem nada direcionado para esse grupo. Pensamos nas produções de dispositivo móvel de baixo custo, o quanto isso traduz uma narrativa e uma identidade das pessoas, garante uma memória, mas não tinha nada similar, gratuito, pensado para ser popular e de forma mais abrangente. Não existiam referências nisso” (Michelle Andrews, 2018).<sup>18</sup>

“Quando o CPA nasceu em 2016, a proposta era uma ação de popularizar, ou trazer o entendimento “você também pode fazer”: você pode ser a comunicação da sua comunidade, você pode ser a comunicação da sua rede de jovem, você pode ser a comunicação dos seus espaços, você pode trazer a sua realidade, você pode expor o seu contexto local para além dos meios de comunicação tradicionais, você não precisa só ler o jornal da sua cidade, você não precisa só do rádio da sua cidade, você não precisa só do canal da TV local para se comunicar, para saber o que está acontecendo. O CPA leva as ferramentas de comunicação popular, problematiza, pensa soluções, faz e constrói junto esse empoderamento de ‘por que é importante se comunicar?’ ” (Juliana Pesqueira, 2018).

---

<sup>18</sup> Entrevista concedida por ANDREWS, Michelle. 1 arquivo .mp3 [35 min]. Entrevistadora: Jéssica Tainah da Silva Botelho. Manaus, 2018.

“Como nós nos entendemos como profissionais da cultura e da comunicação, é evidente que, de certa maneira, a gente vai apresentar para sociedade a potencialidade que essas duas áreas têm, enquanto áreas do conhecimento, enquanto estratégias. Apresentar um plano de desenvolvimento a partir dessas duas situações, adotar a cultura como estratégia de transformação social, tanto pela sua questão simbólica, questões econômicas, questões de cidadania, é muito estratégico. Quando falo cultura não são somente as linguagens artísticas, é o reconhecimento de todo esse arcabouço relacionado ao conhecimento, ao saber, às nossas crenças, ao nosso comportamento, às maneiras que a gente lida com a sociedade” (Paulo Trindade, 2018).

A comunicação popular desenvolve-se, principalmente, na criação de novos veículos de comunicação, na proposta de uma mídia que se contrapõe à mídia hegemônica. No entanto, não é especificamente esse o trabalho do CPA. O Centro busca ensinar técnicas de comunicação e produção audiovisual, e seus educandos é que vão criar projetos, veículos, ações que serão suporte para novas narrativas. O processo de aprendizagem ocorre pela assimilação das técnicas, e o aproveitamento do conhecimento se dá justamente na apreensão do educando sobre seu contexto social.

É inegável que as tecnologias de informação e comunicação, especialmente as redes sociais na internet, tem a capacidade de conectar e unir pessoas de diferentes localidades e vivências, que passam a se agrupar e articular repertórios. São sujeitos *a priori* desorganizados, mas que se tornam sujeitos políticos quando conseguem estabelecer uma agenda de reivindicação comum. O relato de Juliana Pesqueira sobre como passou a integrar o CPA é um retrato desse cenário:

A motivação para participar veio de uma mistura de um processo de construção pessoal com envolvimento social. Quando você está atuando sozinho, você não tem tanta força como quando você tem como coletivo ou instituição, onde você possa ter ajuda de mais pessoas. E no CPA a gente não está atuando sozinho, a gente tem apoio, têm as pessoas que estão dentro do CPA. As ações se amplificam. Quando você está sozinho, provavelmente você vai atuar, mas em lugares específicos, talvez até isolados. E com o CPA não. O CPA consegue dialogar com outros territórios. As pessoas dentro do coletivo têm outras experiências, outras ligações. Isso vai enriquecendo ainda mais a estrutura do CPA dentro dos territórios” (Juliana Pesqueira, 2018).

Em se tratando da potencialidade de transformações provocadas e mediadas pelas tecnologias de informação e comunicação, não podemos nos dar ao luxo de ter uma visão simplória ou determinista. Convertê-las em ferramenta acessível para produção e circulação de narrativas é um fator significativo para exercer a liberdade de expressão e tornar-se cidadão no século XXI. Nesse sentido, o cuidado do CPA em práticas educativas que priorizam dispositivos e plataformas acessíveis é relevante na construção das suas atividades. A fim de compreender se essa proposta é evidente às pessoas que buscam o CPA para algum tipo de formação, perguntei

a quatro educandos, baseados na sua experiência<sup>19</sup>:

**Entrevistadora: O que despertou seu interesse pelo CPA?**

**Educando 1:** A proposta de atividades de debate e formação.

**Educando 2:** Despertei interesse pelo CPA pela orientação popular e horizontalizada de processos.

**Educando 3:** Cursos e oficinas sobre audiovisual, desenvolvimento de ideias tecnológicas que geram reflexões e até possibilidades econômicas na sociedade contemporânea, além de preços acessíveis e até gratuitos.

**Educando 4:** A oportunidade de fazer um curso que ainda não tinha sido oferecido na cidade desde que me interessei por audiovisual.

**Entrevistadora: Qual o diferencial do CPA para você?**

**Educando 1:** Temáticas das atividades propostas pouco exploradas em outros espaços.

**Educando 2:** O diferencial do CPA é o arrojo na sua proposta e a competência na execução do seu propósito.

**Educando 3:** A intenção de ser uma iniciativa popular e acessível, e disposição de discutir tecnologia e sociedade.

**Educando 4:** A abordagem de diversos temas que precisam ser debatidos e repensados no nosso meio e que propõe maior participação social.

**Entrevistadora: Por que participou da atividade?**

**Educando 1:** Convite; interesse em ampliar formação profissional.

**Educando 2:** Participei de diversas atividades do Centro Popular do Audiovisual (CPA), buscando aprimorar e multiplicar conhecimentos no setor audiovisual e produção cultural, além de fortalecer a rede local de produtores e realizadores culturais.

**Educando 3:** Por ter afinidade e experiências com equipamentos eletrônicos, e pela intenção de aprender a usar a tecnologia como ferramenta de expressão artística e política.

**Educando 4:** Para ter noções básicas de como operar o som direto nos trabalhos da faculdade.

### 3.1 Lições para uma atuação empoderadora

As ações que acompanhei e analisei ao longo do ano de 2017 me ofereceram caminhos para encontrar no CPA experiências bem-sucedidas de atuação e formação facilmente replicáveis em movimentos sociais, conforme pontuo a seguir.

#### Todas as lutas são importantes

No momento em que o CPA entende que a luta por justiça social é feita por pessoas e que cada pessoa tem vivências de opressões diferentes, há o cuidado por respeitar o lugar de fala de cada uma. Assim, elabora sua ação política para que suporte o combate às opressões de forma combinada, já que estas agem sistematicamente provocando e perpetuando desigualdades sociais.

---

<sup>19</sup> Optei por ocultar a identificação dos educandos como garantia de expressar livremente sua opinião sem provocar qualquer desconforto.

Figura 9 – Ephraim Lisboa (parceiro) apresentando cineclube sobre conscientização e prevenção



HIV/Aids. Manaus/AM. Setembro, 2017.

Fonte: Repositório Digital Coletivo Difusão

Ou seja, não há prioridade de luta no escopo das ações do CPA, conforme podemos observar na diversidade do público-alvo definido no Projeto Político Pedagógico:

- Jovens de 18 a 29 anos, que vivem em periferias urbanas, comunidades indígenas, comunidades quilombolas e comunidades ribeirinhas;
- Mulheres, Indígenas, Negr@s e pessoas LGBT;
- Militantes de movimentos sociais e ativistas socioambientais que atuam na Amazônia (Projeto Político Pedagógico, 2016, p. 7).

### **Respeitar e reconhecer para dialogar**

O princípio educativo do Centro Popular do Audiovisual fundamenta-se na ideia de que o sistema econômico e político vigente invisibiliza narrativas de quem é subalternizado e oprimido. São vozes que sempre existiram, mas que foram forçadas a um processo de invisibilidade.

Não existe no CPA a postura de “dar voz a alguém”. Essa presunção é uma conduta que assume que se tem o poder sobre a liberdade de expressão de um sujeito que se supõe inferior, portanto necessitado de alguém que lhe confira a capacidade de falar por si. Com recorrência, vi dos membros do CPA rejeição a essa postura e a busca por se inserir respeitosamente no contexto dos grupos com quem se relaciona, buscando conhecer e compreender sua história e sua resistência para, em seguida, iniciar o processo de formação.

Figura 10 – Oficina para Jovens Comunicadores do Jau e Unini. Novo Airão/AM. Fevereiro, 2017.



Fonte: Arquivo pessoal Juliana Pesqueira

“Há também as ações desenvolvidas em outros territórios amazônicos que vão desde aldeias indígenas a reservas extrativistas, nesses espaços, além das questões que já lidamos no ambiente urbano. Há também questões sensíveis como o fato de que essas populações estão, muitas vezes, sendo lesadas em seus direitos. Aí então a atuação do CPA se incorpora também nas resistências que essas populações desenvolvem contra grandes empreendimentos ou abusos cometidos por governos” (Allan Gomes, informação verbal, 2018).

“O CPA não chega no território, fala “ah eu fui convidado para fazer isso” e cospe um assunto de qualquer jeito. E, aí, “eu fiz minha parte, tchau”. Não. O CPA se propõe também a estar acompanhando, ele se deixa aberto para se tornar parceiro. E nesse lance de ser parceiro, é isso: você não está ali só para ser consultor de um processo. Você acompanha esse processo, está ali para dar esse suporte. Você se deixa aberto às pessoas que estão participando da atividade, perguntando e acompanhando. Então, você cria essa semente” (Juliana Pesqueira, informação verbal, 2018).

### **Ativismo com empatia**

O respeito em relação à história pessoal das pessoas abrange todo o ecossistema do Centro Popular do Audiovisual - membros, parceiros e educandos. Atentar para o lugar de fala de cada integrante do CPA me ofereceu subsídios para unir as peças diferentes, mas complementares na atuação coletiva. Percebi que essa preocupação com a vivência de cada pessoa gera empatia

dentro do grupo e produz ativismo com responsabilidade e sensibilidade a níveis pessoal e institucional.

Figura 11 – Oficina de fotografia em comunidade Munduruku. Teles Pires, MT. Outubro, 2017.



Fonte: Arquivo pessoal Juliana Pesqueira

“A gente é muito da Amazônia, a gente gosta muito daqui, de desenvolver as coisas aqui, de criar possibilidades para que o protagonismo seja das pessoas que estão aqui, dentro desse território. Talvez isso dê esse sentimento, esse valor construído em conjunto com o território do qual fazemos parte. Imagina ribeirinhos fazendo cinema? E isso sendo de uma maneira muito mais aperfeiçoada porque as pessoas que circulam no CPA têm frequentado a Universidade, tem viajado e conhecido outros lugares, se conectado a outros grupos, se conectado a outras redes. Então toma uma dimensão muito maior do seu papel enquanto pessoa, da sua profissão, das suas relações, do seu “ser” em sociedade e de como isso pode ser construído a partir de toda essa articulação” (Paulo Trindade, informação verbal, 2018).

### **Construção coletiva**

Não existe uma hierarquia de funções na coordenação do CPA. Embora conste uma estrutura organizativa no Projeto Político, as ações são propostas e executadas pelos integrantes a depender da temática que tenha mais afinidade e as decisões são tomadas de forma consensual. É uma organização coletiva horizontalizada, onde existe flexibilidade na liderança pautada pela atenção aos interesses, ao tempo e ao espaço de cada membro. De acordo com Gohn (2009), essa configuração é decorrente da nova geopolítica gerada pela globalização econômica e cultural,

onde novas formas de ação coletiva emergem, alterando as formas de mobilização e atuação.

Figura 12 – Crianças, jovens e adultos construindo mapeamento do Parque Nacional do Jaú.



Novo Airão, AM. Fevereiro, 2017.

Fonte: Arquivo pessoal Juliana Pesqueira

As metodologias das práticas educativas também são resultados da construção coletiva. Não existe uma metodologia engessada que norteie o processo de ensino-aprendizagem no CPA. Apesar de existir um Projeto Político Pedagógico, este não é um documento que define como cada atividade deve ser estruturada ou realizada. Gohn afirma que esse modo de conduzir o processo de aprendizagem é característico da educação não formal:

Os procedimentos metodológicos utilizados nos processos de educação não formal estão pouco codificados na palavra escrita e bastante organizados ao redor da fala. (...). Ao se expressar, os atores/sujeitos dos processos de aprendizagem articulam o universo de saberes disponíveis, passados e presentes, no esforço de pensar/elaborar/reelaborar sobre a realidade em que vivem. Os códigos culturais são acionados, e afloram as emoções contidas na subjetividade de cada um (GOHN, 2011, p. 113).

Observei que as atividades são pensadas a partir das demandas dos movimentos coletivos que chegam ao CPA, como evidenciam as falas de Juliana Pesqueira e Caio Mota. Muitas vezes, as necessidades de formação sequer são percebidas por estes movimentos. Percebi que, quando isso ocorre, as demandas são identificadas durante desabafos sobre situações-problemas que enfrentam no cotidiano da luta, então o CPA coloca-se como parceiro que irá pensar e construir a solução em conjunto. Segundo os membros da coordenação:

“O trabalho social é um processo de construção. É um processo que é demorado, como se fosse cuidar de uma planta: você não espera que a planta nasça de um dia para o outro, cresce e dê frutos. É um trabalho de formiguinha: você planta - você inicia esse primeiro contato com os territórios, e aí vai desenvolvendo o processo de semear - um processo de ensinamento-aprendizagem, de facilitação, de escuta ativa, de construir propostas com as comunidades, com os territórios” (Juliana Pesqueira, 2018).

“Tem o empirismo do processo todo que é a construção coletiva. Por um lado, é uma tentativa de se desgarrar um pouco de uma metodologia mais acadêmica e, por outro, se conectar com a juventude desde o começo. Essa cara [formato] vai se dando de maneira não programática por vários motivos. Primeiro porque não é um centro/escola, não tem essa dedicação exclusiva das pessoas para transformar isso num centro de ensino com periodicidade, estrutura e métodos específicos, acaba que foi se construindo em cima de demandas de articulação que estão no entorno do CPA, demandas que se conectam a algo que o CPA pode abarcar, e aí é que é trabalhado, e não o contrário” (Caio Mota, 2018).

É um processo de ensino-aprendizagem que tem dado certo no CPA e que tem aprovação dos educandos, podendo ser aproveitado por iniciativas que atuem na perspectiva emancipatória da educação em organizações. Quando perguntados sobre a eficácia da metodologia de acordo com os objetivos das atividades que participaram, os educandos responderam o seguinte:

**Educando 1:** Boa metodologia, com abertura para discussão, tirada de dúvidas e de acordo com a proposta apresentada.

**Educando 2:** A metodologia ativa dos encontros e atividades contemplaram os objetivos propostos.

**Educando 3:** Aconteceu de modo ligeiro e prático. Os instrutores compartilharam sua atenção com todos na medida em que revezam os equipamentos entre os alunos.

**Educando 4:** Todos os tópicos do plano de curso foram abordados e comentados.

### **Diálogo com academia**

Pensar uma atuação que dialoga com a Academia e que se coloque como fonte de estudos é fundamental para garantir reflexões aprofundadas sobre o cotidiano de uma organização coletiva. Na dinâmica das ações, resta pouco tempo para investigar em detalhes o que está dando certo ou precisa ser repensado. Nesse sentido, a contribuição de pesquisadores é conveniente para apontar elementos e fatores que, por estarem pessoalmente ligados ao processo, os membros não conseguem observar. É imprescindível saber ouvir críticas construtivas e avaliar as decisões e caminhos tomados.

Figura 13 – Exibição do documentário “Noite Suja” em parceria com Faculdade Estácio FAP (Belém/PA). Manaus/AM. Maio, 2017.



Fonte: Repositório digital do Coletivo Difusão.

Os conhecimentos produzidos a partir da experiência do CPA indicam também a necessidade de pensar outros saberes e, assim, desestabilizar a epistemologia dominante, ajudando a consolidar a investigação científica baseada em uma visão que parte daqueles que foram sempre sujeitos objetificados em pesquisas que não retornam resultados palpáveis para sua realidade.

É uma relação intelectual, “aquela que une pensamento à prática, para entender a realidade concreta. Pensamento e prática aqui não são realidades dicotômicas, ao contrário, são dialéticas, conversam entre si (RIBEIRO, 2017, p. 28)”. Desse modo, promovendo a descolonização do pensamento ao observar tais grupos, historicamente marginalizados, como sujeitos políticos capazes de transformação social e produção de conhecimento.

### **Pausa para respirar e pensar**

A trajetória de luta dos movimentos sociais é feita de avanços e recuos. Para isso, é fortalecedor dedicar momentos para avaliar a atuação. O CPA faz o que chama de “imersão de planejamento”, um momento em que os integrantes se encontram para identificar pontos positivos e negativos das atividades realizadas - evidenciando forças e fraquezas, possibilidades de novas parcerias, financiamento e agenda. As imersões de planejamento são anuais e costumam durar até dois dias. Apesar do foco principal ser a organização das atividades, a troca afetiva entre os membros é um fator decisivo para avaliar calmamente o que foi e o que pode ser feito no âmbito do CPA, respeitando a contribuição e o momento de cada um.

Figura 14 – Paulo Trindade na preparação do almoço durante aniversário de um colaborador do CPA. Manaus/AM. Março, 2017.



Fonte: Repositório digital do Coletivo Difusão

Notei que ao realizar trocas afetivas, há uma leveza na condução do processo de planejamento estratégico que pode ser extenuante e estressante. É essa pausa para respirar e falar sobre a vida, para preparar e partilhar refeições que propicia uma ação política cuidadosa. As conversas sobre ativismo e vida pessoal misturam-se, agregam-se. Essa relação interpessoal entre os membros do CPA é resultado de anos de encontros e reencontros oriundos da convivência em outros espaços e momentos, como a Universidade, e da atuação em organizações coletivas, principalmente no Coletivo Difusão.

### **Adaptação de práticas educativas às circunstâncias**

O CPA possui um modo dinâmico de adaptar o processo de ensino-aprendizagem às circunstâncias, sejam estruturais, socioculturais ou políticas. É uma postura de encontrar soluções, de ensinar aos educandos e aos parceiros que não se pode esmorecer diante das limitações. A atuação em rede permitiu ao CPA construir uma articulação sólida o suficiente para firmar uma cultura propositiva e uma experiência associativista de atuação. Isso significa que busca e apresenta soluções para si e para outras pessoas e organizações quando necessário, e aproveita as oportunidades que surgem.

“Hoje nós temos uma intuição para sentir muitas coisas porque a gente lida com muitas pessoas e vai aprendendo. Então, é possível a partir dessa perspectiva

macro, de planejamento das ações, a gente antecipar muitas coisas. Só que muitas vezes as condições são adversas, você não tem recurso financeiro ou você não tem o recurso humano. Algumas situações conseguem se desenvolver mais rápido, a gente trabalha dentro de uma cultura totalmente colaborativa” (Paulo Trindade, 2018).

“A gente busca entender como que se dá conta dessa demanda que chega até nós em cima dessa lógica de formação. Mas não é de ensino formal, não estamos pensando em construir uma certificação (pelo menos não neste momento), não estamos pensando em construir um plano pedagógico que você segue de maneira rígida, eu acho que ainda tem muito no ar do empírico, de desenvolver isso no tato. Uma coisa que é fruto do Coletivo [Difusão], que é descobrir as coisas já fazendo. Óbvio que tem uns momentos de reflexão, eles vêm muito junto com o que está acontecendo e não muito anterior. Pelo menos de tudo que a gente vem fazendo, de tudo que está ao redor disso, a reflexão acaba acontecendo de forma concomitante ou posterior. É um processo de jogar o corpo nas coisas” (Caio Mota, 2018).

Um exemplo de oportunidade inesperada foi o minicurso “Hackeando dados públicos”, realizado em agosto de 2017. Na ocasião, Fernando Masanori, professor de Engenharia da Computação da Universidade Estadual Paulista (Unesp), participava como convidado especial de um evento de Python<sup>20</sup> em Manaus e se disponibilizou para ministrar um curso gratuito para interessados em controle social por meio de sistemas informatizados. O CPA foi procurado como possibilidade para realizar a atividade e, logo, seus membros organizaram inscrições, espaço físico, equipamentos e alimentação. Sozinho, o CPA não teria como custear deslocamento do professor Masanori de São Paulo, onde trabalha e reside, até Manaus, e ainda garantir sua hospedagem. No entanto, mesmo que não estivesse no seu planejamento, não hesitou em viabilizar a atividade que, inclusive, atraiu pessoas que não conheciam a organização.

---

<sup>20</sup> Python é uma linguagem de programação. Existem várias comunidades dedicadas ao estudo e aplicação da linguagem no cotidiano.

Figura 15 – Professor Fernando Masanori (à esquerda) ministrando aula no CPA



Fonte: Arquivo digital do Coletivo Difusão

Assim, a inovação pedagógica do CPA, que pode ser incorporada em outras iniciativas de educação não formal nos movimentos sociais, é a criatividade, fazer fazendo, fazer como o possível para que todos sejam sujeitos ativos da prática educativa: adaptar linguagem, metodologia, conteúdo, espaço, estrutura, o que for necessário. Não esperar as condições perfeitas para realizar uma formação da qual se tem urgência, esse momento pode demorar ou nunca chegar, e o prejuízo acaba sendo da luta, de modo geral.

Nessa perspectiva, obter parcerias que podem disponibilizar ou auxiliar na busca pelo que não se tem (conhecimento, estrutura ou experiência) é o procedimento indicado a partir do que foi apreendido na atuação do CPA. Movimento é ação, não podemos ficar paralisados diante das situações.

### **Audiovisual não é só cinema**

O uso do audiovisual como ferramenta e prática pedagógica no combate às desigualdades sociais é outro elemento que pode ser utilizado pelos movimentos coletivos. Seja como linguagem, seja como consumo de entretenimento, o audiovisual pode fortalecer o processo de tomada de consciência, visto que é uma das muitas ferramentas de luta dos movimentos sociais e, por isso, deve

(...) ir além dos limites apontados nas lógicas do registro e da supervalorização do discurso especializado, pois ambos dificultam que a obra se torne um instrumento de formação e politização da luta. É importante que a produção

audiovisual dos movimentos sociais busque esse avanço, pois entendemos que para construir esse instrumento formativo, é necessária uma produção audiovisual que aprofunde e problematize a realidade sem desvincular-se dela; que supere a simples constatação em imagens e sons da pobreza, miséria e violência – sem oferecer qualquer possibilidade de modificá-las. Ao contrário, explicita uma imagem da realidade passível de transformação, que vá além do cotidiano visível e possa provocar uma tomada de consciência no espectador. (GOMES; GONÇALVES; STEDILE; CHÃ, 2015, p. 187-188).

Pensar o audiovisual para além da produção e circulação de conteúdo é uma questão significativa que percebemos no CPA. As ações nessa área contemplam: o fomento à prática cineclubista – o CPA além de ser parceiro, tem o seu próprio cineclube, o Tudo Muda Após o Play; a valorização de produções regionais e locais; novos formatos como *videomapping*<sup>21</sup>, que traz a cultura de ocupação da cidade e apreciação da arquitetura junto a performances artísticas; aproximação entre realizadores e público; resgate de obras históricas.

Figura 16 – Aula do workshop de *videomapping* ocupando o Largo de São Sebastião Manaus



Fonte: Arquivo digital do Coletivo Difusão.

---

<sup>21</sup>Videomapping (em tradução livre, mapeamento de vídeo) é uma técnica de projeção de conteúdo visual em superfícies irregulares (objetos, estruturas de grandes dimensões, prédios, fachadas de edifícios e estátuas).

Figura 17 – Curso de Produção Audiovisual na comunidade Parque das Tribos. Manaus/Maio,2017



Fonte: Repositório digital do Coletivo Difusão.

Além disso, o CPA utiliza plataformas de distribuição acessíveis como a Taturana, VideoCamp e Vídeo Nas Aldeias. As produções audiovisuais reunidas nessas plataformas apontam “causas urgentes, que retratam situações que precisam ser destacadas, que ampliam o nosso olhar para temas sensíveis e que, sobretudo, promovem um mundo mais justo, solidário, sustentável e plural”<sup>22</sup>. Na figura a seguir está ilustrado o impacto transformador do audiovisual a partir do seu processo de apreensão:

Figura 18 – O potencial transformador do audiovisual - do consumo à ação coletiva



Fonte: Videocamp

<sup>22</sup> Seção “Sobre o VideoCamp”. Disponível em <<https://www.videocamp.com/pt/about>>. Acesso em: jan. de 2018

## **Conhecimento e cuidado com as ferramentas digitais utilizadas**

O uso de redes sociais de diferentes tipos é útil para divulgação, organização e mobilização no CPA. São ferramentas que facilitam a coordenação das atividades, a resolução de questões em que pese o consenso do grupo e a interação com pessoas e organizações parceiras. Além disso, as plataformas digitais são propícias para experimentação e criação de novas linguagens, formatos e produtos de comunicação popular e audiovisual.

“Por incrível que pareça isso, até dentro do contexto de formação que o CPA busca, às vezes a gente trabalha muito com o uso das tecnologias de informação e comunicação, principalmente partindo do uso das redes sociais, das tecnologias que cada um tem acesso. Entendendo também a dinâmica da Amazônia, dos paradoxos que a gente tem aqui, porque a gente vai ter desde os desafios da rádio-poste até a possibilidade de outros produtos da internet, até reinventar o uso da internet dentro desse contexto a partir da nossa cultura” (Paulo Trindade, 2018).

O uso dessas plataformas torna-se um risco ao ativismo, uma vez que tais tecnologias também podem ser brechas para vigilância estatal, ataques coordenados de grupos radicais contrários aos Direitos Humanos, trazendo à tona a discussão sobre segurança digital. Notei que essa é uma preocupação do CPA, visto que estabeleceu agenda<sup>23</sup> específica para tratar de uso seguro e responsável da internet e tem se comprometido a colaborar com os movimentos sociais que tenham sofrido algum tipo de ataque online.

A intenção é despertar, por parte dos ativistas, a compreensão sobre o uso crítico de quaisquer ferramentas digitais que venham a utilizar para viabilização ou potencialização da sua luta, atentando para os riscos e danos possíveis e lembrando que tais plataformas fazem parte de um capitalismo tecnológico, portanto tem seus interesses e consequências.

### **Resistir e reexistir**

Observei que, de modo geral, a intenção do CPA é restituir humanidades negadas a grupos específicos (LGBT, mulheres, indígenas etc). Assim, evidencia vozes esquecidas a partir da compreensão das vivências, do contexto e lhes permite uma ação coordenada utilizando instrumentos pedagógicos e comunicativos que vão maximizar as potencialidades daqueles que as integram, compõem, constroem. Isso tudo resume trajetórias e estratégias de resistências que se refazem constantemente através do resgate e da construção do legado de luta por meio da partilha dos caminhos de enfrentamento.

---

<sup>23</sup> No ano de 2017, o CPA criou o Núcleo de Estudos e Práticas em Cibercultura – Npeciber, por meio do qual atua especificamente nas discussões sobre governança da Internet, privacidade e segurança digital e online.

Assim, mais do que compartilhar ações de formação em comunicação popular, este trabalho se empenha em compartilhar processos de resistência e reexistências. Logo, apresenta saídas emancipatórias no sentido de construir, pensar mais possibilidades para esses grupos do que somente aquelas que são socialmente construídas e permitidas a grupos inferiorizados. O índio, o negro, o ribeirinho, as feministas, as juventudes podem, sim, ser comunicadores populares, podem ser realizadores audiovisuais. É esta a missão que o CPA se propôs e são estas as experiências e elementos que podem ser aproveitados.

### **3.2 Problemas e desafios**

Nem tudo são flores. Obviamente, na prática social em que se coloca como ferramenta de luta para organizações coletivas, o Centro Popular do Audiovisual tem problemas e desafios que se interconectam. Durante as entrevistas com os membros da direção, perguntei diretamente quais eram e todos apontaram, basicamente, as mesmas situações que demandam mais esforço e determinação para resolvê-los e, assim, aprimorar as atividades e o trabalho desenvolvido pela organização. Para obter um retrato mais preciso, também indaguei os educandos sobre as mesmas questões.

Desde o começo ficou evidente o entendimento de que o CPA nasce com objetivo de ser uma instituição. No entanto, devido aos problemas que apontarei mais a frente, as condições de trabalho, as demandas e as possibilidades de atuação em rede o converteram em ferramenta. Isso não representa retrocesso na trajetória do CPA. Seus membros compreendem como uma etapa de aprendizado, necessária para alcançar o *status* de instituição, com o justo reconhecimento legal que possa proporcionar uma estruturação mais firme e viabilizar uma organização que não dependa, quase que exclusivamente, de trabalho voluntário.

#### **Engajamento e formação de base**

O núcleo de coordenadores e colaboradores do CPA é composto por 9 pessoas, respectivamente: Allan Gomes, Caio Mota, Michelle Andrews, Paulo Trindade e a autora deste trabalho; Hemanuel Veras, Jorge Pacífico, Juliana Pesqueira e Maurília Gomes, que contribuem ocasionalmente. Somente estas pessoas, principalmente os coordenadores, é que dão conta de toda demanda que chega ao Centro – organização, articulação, execução e continuidade das ações.

Observei que o trabalho se acumula à medida que o CPA tenta contribuir como pode às necessidades dos parceiros que o procuram. Os coordenadores são os que estão comprometidos com o projeto do CPA desde a sua criação, por isso carregam a responsabilidade de levá-lo adiante. Os colaboradores são fundamentais, entretanto participam eventualmente das

atividades e não priorizam os processos estruturantes da organização.

“Um desafio nosso é a ampliação da equipe. Pela quantidade de projetos desenvolvidos às vezes é visível que as equipes ficam sobrecarregadas” (Allan Gomes, 2018).

“O que é desafiador é o fato de que somos poucas pessoas. A gente não consegue fazer isso com mais frequência ou dedicar 100% do tempo a estar fazendo isso. Eu acho que o que está faltando para o CPA são mais pessoas, pessoas com mais ideias que possam fazer essas dinâmicas, metodologias amplificadas numa escala maior” (Juliana Pesqueira, 2018).

A situação mais problemática no CPA, a meu ver, é a ausência de formação da sua própria base (aqueles sujeitos que darão continuidade ao projeto) e pouco engajamento daqueles que já fazem parte do seu ecossistema, mas que acabam se distanciando. A organização necessita de novos colaboradores, envolver pessoas mais jovens que se comprometam com o projeto, oferecendo-lhes novas possibilidades de aproveitar seus saberes e construir novos, socializar e conhecer o mundo que os cerca em seus contextos sociais.

### **Recursos financeiros**

Os mesmos fatores que levaram jornais populares a encerrarem suas produções e circulação ainda hoje têm impacto na Comunicação Popular: fazer comunicação demanda recursos e dá trabalho. No caso do CPA, alguns integrantes têm trabalhos remunerados em outros locais, outros precisam se dedicar, prioritariamente, a projetos que tem financiamento garantido. Tudo gira em torno da carência de recursos financeiros que viabilizem recursos humanos – ou seja, a sobrevivência dos integrantes para que possam ter mais tempo disponível e exclusivo para o CPA - e recursos físicos – estrutura da sede, equipamentos, deslocamento, tecnologias etc, conforme os membros da direção indicaram durante as entrevistas:

“O principal problema, hoje, é a sustentabilidade financeira. Desde que iniciamos com um aporte propiciado pela Fundação Banco do Brasil, nós não conseguimos mais nenhum financiamento para nossas atividades, e os trabalhos desenvolvidos seguem sendo feitos de forma voluntária pela equipe. Naturalmente isso acarreta uma descontinuidade na maioria dos projetos” (Allan Gomes, 2018).

Nesse caso, a própria organização do CPA fica em prejuízo:

“A questão da dedicação é transversal. É uma realidade de qualquer contexto que seja ligado ao terceiro setor: para conseguir se organizar, trabalhar com processo de continuidade, você precisa de tempo para se dedicar. Então, acaba que muitas das ações são descontinuadas. Não por má vontade, mas por falta de recurso humano e financeiro para conseguir costurar um tempo possível para desenvolver. Isso acaba sendo muito central em tudo, na vida de todo mundo.

Tudo que você mete a cara, que não seja alguém te contratando para fazer um trabalho CLT (que também não é fácil), vai ser mais difícil e desafiador. Isso acaba acarretando acúmulo de outras coisas que são, por exemplo, organizar melhor esse empirismo, a metodologia, escrever mais sobre isso, ter mais sistematização para não se perder no processo” (Caio Mota, 2018).

Com a organização prejudicada pela falta de tempo e recursos, a continuidade das formações oferecidas também fica comprometida. Os educandos percebem isso e indicam o que pode ser melhorado:

**Educando 2:** A regularidade da oferta de serviços de capacitação.

**Educando 3:** Lista de cursos com datas semestrais.

Portanto, em se tratando de recursos financeiros, o principal desafio do CPA é obter um (ou vários) financiamentos duradouros, pensados e estipulados para alcançar metas e objetivos de longo prazo e, assim, possibilitando a formação continuada em Comunicação Popular e Produção Audiovisual, bem como contribuindo para luta dos movimentos sociais e novas organizações coletivas que surgem.

### **Caminhos para institucionalização**

Ainda que seja um espaço de educação não formal, o CPA precisa se formalizar, seguindo parâmetros burocráticos (por exemplo, criação de um estatuto e CNPJ), para garantir a sua institucionalização. Foi o esforço em formalizar o projeto de criação do CPA que garantiu o aporte financeiro da Fundação Banco do Brasil em 2016. Com a devida legalidade jurídica, a organização poderá concentrar esforços coordenados para construção de projetos a fim de concorrer a editais públicos e privados e até mesmo estabelecer parcerias com instituições estatais. O movimento social não tem condições de prover o suporte financeiro que o CPA precisa para continuar suas ações.

### **Romantização dos sujeitos que resistem**

Este problema não é resultado direto das ações do CPA, mas é um tipo de postura que vi recorrente em pessoas e movimentos sociais que procuram o CPA para articular alguma atividade de formação. É preciso sensibilidade para atuar como pesquisadora e ativista de movimentos sociais porque muitas situações ocorrem nas entrelinhas do diálogo. Com a devida atenção, pude constatar a romantização da luta e, conseqüentemente, dos sujeitos que resistem e percebi que há uma certa preocupação em “não deixar a peteca cair”.

O trabalho em organizações coletivas é extenuante, muitas vezes o prejuízo à saúde física e mental é tão significativo que paralisa e atrasa as articulações e atividades, pois é comum que algum integrante peça um tempo para se recompor, para respirar e recuperar o fôlego, para dar

atenção à sua vida pessoal e familiar. No caso do CPA, a carga de trabalho que se acumula nas mãos de poucos - verdadeiramente comprometidos com o projeto - é pesada, mas não é perceptível para quem não participa do cotidiano da organização. Resta a pergunta: à custa de que e de quem é feito o ativismo? São fatores e questionamentos que surgiram e que não pude ignorar ao longo da pesquisa.

Verifiquei que os integrantes da direção do CPA, vez ou outra, abrem mão de segurança pessoal, direito ao lazer e ao descanso, convivência em família, trabalho remunerado em outros projetos em nome da responsabilidade de manter em pé a organização. É imprescindível simplesmente saber dizer “não” para toda e qualquer proposta de parceria que surge e saber indicar caminhos para que a ideia siga em frente, sem comprometer o tempo e o trabalho de cada membro. Ouvi muitas reclamações de cansaço e falta de tempo dos membros - e mesmo a minha como autora deste trabalho e integrante do CPA. Isso tudo está relacionado à dificuldade em organizar os processos e seguir o caminho da institucionalização.

### **Comunicação atravessada**

A comunicação no CPA é facilitada pelas tecnologias digitais, entretanto pode ser exatamente essa a origem de ruídos. O volume de trabalho e o ritmo acelerado para dar conta de tantas demandas aparenta ser um prejuízo para uma comunicação interpessoal melhor sucedida. As falas podem ser interpretadas equivocadamente, e assim causar algum desconforto desnecessário na articulação de alguma atividade, abrindo espaço para desentendimentos que fragilizam a organização interna e em rede com outras iniciativas. O que vi, com certa recorrência, foram conversas atravessadas entre os membros (individual e coletivamente), com representantes de outras organizações. Por exemplo, quando uma pessoa procura um membro do CPA para construir uma proposta de atividade, esse membro leva a proposta no *chat* do grupo para que todos possam avaliar como ajudar e viabilizar tal atividade. Se esse retorno à pessoa que fez contato demora, pode ocorrer de essa pessoa contactar outro membro do CPA, o que pode desorganizar o fluxo do trabalho e travancar o diálogo.

### **Casa de ferreiro, espeto de pau**

A abrangência reduzida de atores sociais que chegam ao CPA foi algo percebido durante as atividades. Porém, somente com as respostas dos educandos é que me dei conta de que este problema tem origem no pouco conhecimento que as pessoas têm sobre o que é e o que faz o CPA. A causa dessa situação é o alcance reduzido e segmentado das redes sociais do CPA<sup>24</sup> e ínfima presença nos meios de comunicação tradicionais. Quando perguntados sobre problemas identificados na atuação do CPA e como podem ser melhorados, estas foram as respostas dos

---

<sup>24</sup> Páginas públicas disponíveis nas plataformas *Facebook* e *Medium*.

educandos que trouxeram à tona o problema de comunicação institucional:

**Educando 1:** As atividades ainda me parecem muito restritas às pessoas que já conhecem o CPA. Falta maior aproximação com a comunidade para além do círculo de conhecidos. Pode ser melhorado através da divulgação junto a uma comunidade mais variada.

**Educando 3:** Acredito que o CPA poderia utilizar mais peças publicitárias para comunicar com mais espontaneidade, como fazem agências. Uma solução, talvez, pode ser os canais de informação na internet.

Ainda que o CPA não tenha alcançado a organização necessária para se constituir como instituição, a sua atuação denota o engajamento na luta por uma transformação profunda na sociedade, evidente na sua agenda comprometida na defesa dos Direitos Humanos. É natural que ocorram alguns tropeços durante o caminho, o importante é ter em mente que erros também ensinam e que conflitos são necessários para mudanças.

Nesta investigação, foram fundamentais o olhar atento e a escuta ativa. Durante a pesquisa, fui provocada muitas vezes a sair da zona de conforto, a deixar de lado a paixão pelo projeto do CPA e apontar os espinhos que incomodam. Mesmo com todos os problemas e desafios que surgiram na curta trajetória do CPA, os educandos o reconhecem como iniciativa fundamental para processos de formação baseados na perspectiva da autonomia. Na pergunta final aos educandos quis verificar exatamente isso: se recomendou ou recomendaria o CPA e por quê. As respostas foram as seguintes.

**Educando 1:** Sim. Pelo diferencial das atividades, que não são vistas com frequência em outros espaços.

**Educando 2:** Já recomendei e recomendo o CPA para pessoas, parceiros e organizações pela seriedade e competência dos profissionais que realizam e contribuem no desenvolvimento das atividades.

**Educando 3:** Sempre recomendo por acreditar no aprimoramento das instituições que possuem esses tipos de iniciativas populares e que querem desenvolver o audiovisual na cidade. Contudo, acredito que o CPA possa em breve delinear melhor para o público sua identidade e suas propostas, com a neutralidade de uma escola ou um centro popular do audiovisual, e com uma linguagem adaptado para um público contemporâneo das redes sociais.

**Educando 4:** não respondeu.

### 3.3 Soluções

Educação não formal não significa informalidade. Não é porque a dinâmica de trabalho do CPA está estruturada como iniciativa de educação não formal que não pode haver nenhum grau de formalidade naquilo que se propõe. Se o CPA pretende alcançar o *status* de instituição, será necessário reorganizar algumas dinâmicas para que os processos de institucionalização sejam priorizados.

A primeira dinâmica que precisa ser repensada é a de tentar responder a todas as demandas

que chegam ao CPA. Pela quantidade pequena de colaboradores, é impossível que o CPA dê conta de tudo, e de forma proveitosa. Assim, é preciso saber dizer “não”, saber explicar a situação do centro e os motivos de não atender a demanda, algo como: “Não posso neste momento”, “não podemos ajudar da forma como você propõe, mas desta outra maneira [indicando soluções, pessoas que possam ajudar sem se comprometer efetivamente]”, “eu agradeço o reconhecimento do nosso trabalho, mas para podermos ajudar melhor, precisamos deste momento de pausa”, “nos procure em outro momento”.

Minha sugestão, a partir do que vi e vivi no CPA, é construir um diálogo que continue tecendo articulações e parcerias, mas que chame atenção para atuação do Centro ao mesmo tempo em que busca ajuda dos mesmos parceiros que já puderam contar com a organização em outro momento. O intuito é não se responsabilizar com novas demandas e projetos enquanto não se resolve as necessidades internas.

Outra solução é reelaborar a dinâmica de envolvimento, buscando engajar jovens que possam ajudar nas carências cotidianas do CPA e não somente nas ações de ativismo. Assim, resolvem-se problemas de formação de base, da romantização dos sujeitos que resistem, de desconhecimento sobre as atividades do Centro. É a postura de aprender pelos erros, pelas dificuldades. Desconstruindo a ideia, que percebi em muitas pessoas, de que os integrantes do CPA desfrutam de condições (estruturais e financeiras) e tempo, de que o Centro não enfrenta problemas.

Ainda sobre engajamento de novos integrantes e formação de base, minha sugestão é retomar o contato com educandos que passaram pelo CPA. Saber o que estão fazendo, de que forma aproveitaram o conhecimento adquirido no CPA e o que estão pensando sobre o cenário político atual e as formas de ativismo. É fundamental que esse diálogo seja consistente, leve e que se mantenha como prática recorrente do Centro para que conheça os rumos que suas formações tomaram, quais realidades transformaram e, assim, mantenha esses sujeitos como atores sociais do seu ecossistema. Afinal, a história dos educandos é também a própria história do CPA.

Em termos de parcerias, considero que o CPA já possui um rol de parceiros institucionais relevantes e fundamentais para atuação. No entanto, minha sugestão é de uma conexão com a Academia para além de ações pontuais. Uma possibilidade é se organizar para alcançar as exigências mínimas para estalebelecer convênio com instituições públicas e privadas de Ensino Superior, a fim de receber estudantes de diferentes áreas que precisam realizar estágio supervisionado. O CPA é um laboratório vivo de experiências e vivências e tem condições de oferecer uma formação cidadã àqueles que desempenharão funções sociais através de suas profissões.

Uma parte significativa dos problemas e desafios que constatei na atuação do CPA perpassam pela insuficiente comunicação da sua missão, das atividades realizadas, de um entendimento geral do que é e o que faz. Considero que uma presença incisiva nas redes sociais e diálogo com a imprensa podem, inicialmente, resolver a questão.

São indispensáveis ainda um planejamento específico e estratégico para cada plataforma que mantenha como canal (o *Medium* tem apenas um texto, publicado em maio de 2017) e ações online e presenciais para apresentar, contar a história do CPA – aproveitando que em 2019 completa 3 anos de existência, por exemplo. Neste campo, o CPA pode e deve aproveitar a experiência profissional dos seus integrantes em Comunicação, bem como todo material acumulado ao longo da sua trajetória como mostra da sua capacidade e importância.

Em se tratando dos passos para institucionalização do CPA e para angariar recursos financeiros, o caminho que se apresenta como solução plausível é a concentração de esforços em inscrever projetos para concorrer a editais de fundações e organizações privadas e públicas que garantam uma situação favorável aos processos de institucionalização.

Além disso, compreender de que forma o CPA pode pleitear verbas públicas via poder legislativo e executivo, aproveitando contatos e vontade política que já existem. E, ainda, repensar e adaptar quais atividades podem ser oferecidas com inscrições pagas para outros públicos e outros espaços. Assim, é possível que, garantindo recursos financeiros consistentes, o CPA consiga manter parcerias com movimentos sociais que não têm a possibilidade de colaborar neste aspecto.

No contexto da comunicação interpessoal, notei que não existem problemas consideráveis entre os integrantes. Ainda que a comunicação seja, principalmente, por meio de aplicativos mensageiros (*Telegram* e *Whatsapp*) e reuniões online (videochamadas), não verificamos elementos que indiquem a necessidade de repensar a dinâmica do CPA, mesmo porque existe um esforço coletivo de alinhamento e consenso de opiniões e decisões.

No entanto, ao lidar com ativistas de outros movimentos sociais, eventualmente surgiram ruídos provocados por uma dificuldade de compreensão, talvez uma pressa em se fazer entender atrapalha o andamento das atividades. Nesse sentido, recomendo a prática da comunicação não violenta (CNV) como parâmetro para qualquer tipo de comunicação feita a partir do CPA, tanto entre seus integrantes quanto com parceiros.

A comunicação não violenta é baseada em empatia, compaixão e resolução (MARSHALL, 2003). É uma técnica de comunicação útil para identificar necessidades e resolver conflitos através das relações interpessoais. Muitas vezes os ativistas e movimentos sociais encontram-se em situações desafiadoras, de tensão, de negociação. A CNV contribui para o bem-estar dos seus praticantes ao minimizar a possibilidade de posturas agressivas, ainda

que não intencionais. Logo, utilizá-la nas organizações sociais é um caminho para diminuir ruídos e desentendimentos. Para o CPA, a opção por uma comunicação não violenta denota uma escolha política, conectada com os ensinamentos de Paulo Freire, de combater as opressões e desigualdades tendo como norte o respeito ao ser humano, mesmo nos momentos de discordância.

De modo geral, conversas sobre o esgotamento mental têm sido mais recorrentes, principalmente sobre o efeito do uso intenso das tecnologias de informação e comunicação. Esse diálogo aberto e sincero é proveitoso para que o CPA consiga estabelecer na sua prática, inclusive nos processos de formação, a romantização dos sujeitos que resistem como pauta e, desta forma, evitar a sobrecarga física e psicológica dos seus membros, bem como falar abertamente sobre os efeitos do ativismo na vida de cada um, com recortes de gênero e raça, e encontrar pontos comuns para buscar, coletivamente, as soluções.

Minha proposta para esse problema é aproximar da atuação do CPA profissionais que desenvolvam algum tipo de trabalho nessa área. Por exemplo, psicólogos, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais e psiquiatras. Sem discriminar terapias alternativas, mais conectadas às crenças que possam surgir como alívio da carga mental e física que se acumula na ação do CPA e dos movimentos sociais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pesquisadora, assumi neste trabalho a tarefa intelectual e política de analisar a ação de organizações coletivas em termos de educação não formal e comunicação popular como estratégias políticas na sociedade em rede. O Centro Popular do Audiovisual, o objeto de estudo eleito para produção de conhecimento a partir de uma visão ecossistêmica, ainda não alcançou o *status* de instituição, conforme a concepção inicial previa e pretendia. No entanto, esta pode ser a questão norteadora dos estudos aqui iniciados: o que ocorre, de fato, quando uma ação coletiva, utilizada como ferramenta por outros movimentos sociais, percorre um processo de institucionalização?

Para uma análise reveladora de problemas e desafios mais profundos ou outros que não chegaram a esta investigação, é fundamental acessar um número maior de educandos e colaboradores, parceiros institucionais, outros documentos (como listas de presença, por exemplo). Não houve prejuízo nesta pesquisa, o que conseguimos acessar foi suficiente para apontar soluções para os problemas mais evidentes. Entretanto, tivemos dificuldades significativas no contato com educandos e não houve facilitação por parte dos integrantes do CPA, seja por questões de tempo ou disposição.

Este estudo pretende evidenciar a necessidade de ocupar a Academia e utilizá-la como ferramenta para o reconhecimento da luta, do combate à desigualdade social com vistas a um projeto emancipatório em busca de promover e reivindicar justiça social. É um esforço para romper com uma pretensa neutralidade epistemológica, visto que a proposta desta investigação parte da minha experiência como integrante do CPA. O conhecimento produzido no âmbito do Centro Popular do Audiovisual é resultado de uma relação dialógica entre todos que compõem seu ecossistema somada à experiência individual de cada integrante.

Este trabalho foi uma oportunidade para estudar possibilidades de ruptura para com uma educação meramente mercadológica, utilitarista, assim demonstrando que existem caminhos rumo a projetos educacionais emancipatórios que consideram o contexto sociocultural da região. Foi fundamental para verificar que processos educativos e saberes não estão limitados aos espaços formais e institucionalizados pelo Estado. Tais fatores ampliam o debate sobre as singularidades da educação no processo histórico de desenvolvimento regional e sobre como, apesar das aparências indicarem o contrário, a formação e a pesquisa estão conectadas às subjetividades das experiências individuais e coletivas construídas num contexto amazônico.

O campo científico da Comunicação estabelecido até aqui não chegou a um esgotamento dos objetos de pesquisa porque a sociedade está em constante processo de transformação. Portanto, um olhar multidisciplinar e ecossistêmico pode abrir nova gama de estudos que produzam conhecimentos acerca do que não é comumente analisado. Neste trabalho buscamos fazê-lo a partir da reflexão entre campos que se conectam (Comunicação/Educação/Movimentos Sociais) na figura do CPA.

Aproveitamos o ensejo para apresentar este trabalho como possibilidade de construção deste campo de pesquisa interdisciplinar que suporta objetos de estudo de educação não formal e comunicação popular, advindos de experiências de movimentos sociais, coletivos independentes, grupos ativistas para romper com a produção científica dentro dessa temática concentrada no eixo Sul-Sudeste – notadamente São Paulo e Rio de Janeiro, trazendo para o centro de análise a perspectiva amazônica.

Consideramos este trabalho uma oportunidade para pensarmos novos ativismos possíveis, pois estamos passando por reconfigurações provocadas pelas tecnologias digitais: o modo de consumir notícias e informações não é mais o mesmo; o modo de comunicar ao mundo aquilo que você defende não é mais o mesmo. As organizações que ocupam lugares relevantes no contexto de lutas tentam entender como se recolocar nesse espaço onde coexistem com “ativismo de sofá”, “ativismo de clique” - hoje você pode assinar petição online ou simplesmente compartilhar conteúdo em rede social para sentir-se sujeito ativo em alguma ~~instituição~~ **instituição**.

Esse cenário também propicia movimentações significativas, cujo potencial pode levar multidões às ruas ou alcançar uma pressão social online capaz de reverter decisões. Estamos atravessando uma cultura de organização coletiva baseada em movimentos sociais tradicionais (sindicalista, do campo) que se organizam de forma hierárquica e combatem problemas criados pelo capitalismo fordista (modelo fabril) para uma nova ação política que continua promovendo oposição à práticas capitalistas neoliberais, mas também confronta novos problemas, oriundos do capitalismo de plataformas (por exemplo, a ausência de direitos trabalhistas com a “uberização” dos serviços), com organização difusa e descentralizada.

Violações de Direitos Humanos e lutas se refazem, se readaptam e, assim, as formas de organização, de combate, de recortes de gênero, raça e classe também acompanham a reestruturação dos problemas sociais, sejam novos ou antigos - com uma roupagem diferente. De modo geral, é fundamental observar e analisar como esses ativismos são gerados, como são pensados e as dificuldades que enfrentam para agir

estrategicamente nas suas bandeiras de luta. Durante a investigação sobre o CPA, identifiquei alguns esforços de organização coletiva que estão ganhando evidência como o combate à disseminação de desinformação, criação de redes de proteção para vítimas de violência online, proteção da privacidade e promoção da segurança digital como direito básico do ser humano.

Percebi que há a necessidade de “marcar presença” nas redes sociais para além da divulgação das lutas. É preciso entender como apropriá-las, como suas bandeiras de lutas se redefinem e como os ataques se reconfiguram. No *Twitter*, por exemplo, tornou-se comum a batalha de *hashtags* favoráveis e contra qualquer tema relacionado às pautas progressistas e em defesa dos Direitos Humanos. São questões e desafios que indicam o caminho para construir respostas: como organizar o que está desorganizado? Quais são essas novas lutas que se apresentam? E como a educação não formal, neste novo context, pode ser utilizada para encampar essas novas lutas? Em se tratando de comunicação, quem são os novos mediadores?

A lição que o Centro Popular do Audiovisual nos ensina é a da inquietude transformadora. Ainda que a situação política do país seja tensa e complexa, é imprescindível manter a esperança que nos inspira a seguir firmes nas batalhas que escolhemos lutar e a repensar as ferramentas que utilizaremos. Além disso, é evidente que não é uma liderança que vai provocar mudança, mas uma rede de líderes. Quem está disposto a colaborar é quem vai fazer diferença no mundo.

Outra lição que resta da análise do processo de formação em Comunicação Popular no CPA é o exercício da empatia como prática educativa e como elemento para aproximação entre sujeitos. Conviver com diferentes vivências e experiências de vida, compreender outras perspectivas é proporcionar um ambiente de diversidade em que há disposição para superar as diferenças. Respeitar as resistências e reexistências de quem sente na pele as consequências de uma sociedade desigual ensina que a criação de soluções para problemas cotidianos e para busca da justiça social está no exercício da empatia, pois podemos e devemos aprender juntos.

Em relação aos procedimentos em Comunicação Popular e Educação não formal apresentados por este trabalho, espero que sejam inspiração para novos projetos, fôlego para resistências necessárias e colaboração àqueles que tentam, como o CPA, encontrar seu caminho em meio a dificuldades da conciliação entre vida pessoal e ativismo. São experiências fundamentais para o exercício e o fortalecimento da democracia e para valorização da cultura ~~amãria~~

As práticas positivas, os problemas e os desafios que listei se colocam como oportunidades para que organizações coletivas reexaminem seus processos internos e sua atuação para facilitar e aprimorar a articulação, bem como atentar aos modos como se estabelecem as relações pessoais na luta. Destaco a comunicação não violenta, o autocuidado, a pausa para respirar e o diálogo como ferramentas iniciais para avaliação e reformulação de um ativismo humanista em todos seus processos.

As sugestões contidas aqui são resultados de observação, análise e reflexão. Comprometo-me a retornar as soluções apontadas ao grupo pesquisado para que sejam consideradas nas próximas imersões de planejamento e implementadas de acordo com as possibilidades do Centro Popular do Audiovisual. Com esta pesquisa, proponho uma relação entre Academia e movimento social pautada pelo engajamento e fortalecimento mútuo.

Informação, conhecimento e saber são elementos que se diferenciam na experiência em que se adquire cada um. Com o CPA, aprendi que os saberes não podem nem devem se limitar ao fazer prático, especificamente as técnicas de Comunicação Popular e Produção Audiovisual. É essencial conhecer o fundamento do seu fazer, a relação deste com o contexto sociocultural. Assim, é possível superar uma visão meramente mercadológica da educação e da comunicação.

O tipo de formação, como projeto pedagógico, que se permite transformar pela produção de conhecimento resultante da escuta ativa, da relação com o outro, da construção coletiva é a expressão de uma visão emancipatória e libertadora. Minha missão foi registrar, sistematizar e dispor de saberes originados nas experiências individuais e coletivas num contexto amazônico para provocar reflexões sobre outra forma de educar e comunicar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA Pública. **O impacto dos algoritmos do Facebook e Google na democracia**. 24 de mai. de 2018. Disponível em: <[https://apublica.org/2018/05/o-impacto-dos-algoritmos-do-facebook-e-google-na-democracia/?fbclid=IwAR0YFE2fufL-XTBCofIGyMyr1PQs\\_5xOgAcXknR3FzEXOwQu-hMuVYOc-iw](https://apublica.org/2018/05/o-impacto-dos-algoritmos-do-facebook-e-google-na-democracia/?fbclid=IwAR0YFE2fufL-XTBCofIGyMyr1PQs_5xOgAcXknR3FzEXOwQu-hMuVYOc-iw)>. Acesso em: jun. de 2018

AMACINE Futuros Cineastas. *Blog: amacinefuturoscineastas*. Disponível em: <<http://amacinefuturoscineastas.blogspot.com/>>. Acesso em: jun. de 2018.

BACCEGA, Maria Aparecida. **Da comunicação à comunicação/educação**. Comunicação & Educação, n. 21. São Paulo, 2001, p. 7-16. Disponível em: <<http://www.periodicos.usp.br/comueduc/article/view/36972>>. Acesso em: nov. de 2018

BAUER, M. W; GASKEL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Guareschi. 2a ed. Petrópolis: Vozes. 2002.

BONDÍA, Jorge Larrosa. **Notas sobre a experiência e o saber da experiência**. Revista Brasileira de Educação, n. 19. Rio de Janeiro, 2002, p. 20-28.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. Brasiliense, 2017.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidente da República [1996]. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em: jun. de 2018.

CALÇADE, Paula. O que pode mudar na Educação com novo ministro? In: **Nova Escola**. 17 de dez. de 2018. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/14619/o-que-pode-mudar-na-educacao-com-o-novo-ministro>>. Acesso em: dez. de 2018.

CALDART, Roseli Salette. O MST e a formação dos Sem-Terra: o movimento social como princípio educativo. In: GENTILI, P; FRIGOTTO, G. **A cidadania negada**. São Paulo: Cortez, 2011.

CAPRA, Fritjof. **Conexões ocultas**. Editora Cultrix, 2002.

\_\_\_\_\_; LUISI, P. L. **A visão sistêmica da vida: uma concepção unificada e suas implicações filosóficas, políticas, sociais e econômicas**. São Paulo: Cultrix, 2014.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 8a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

\_\_\_\_\_. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. 1a ed. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2013.

CENTRO DE ARTES VISUAIS DA GALERIA DO LARGO. *Facebook: centro-de-artes-visuais-da-galeria-do-largo*. Disponível em: <

br.facebook.com/pg/Centro-de-Artes-Visuais-Galeria-do-Largo-146785138723281/about/?ref=page\_internal>. Acesso em: dez. de 2018

CENTRO POPULAR DO AUDIOVISUAL. *Facebook*: centropopularaudiovisual. Disponível em: <<https://www.facebook.com/centropopularaudiovisual>>. Acesso em: mar. de 2017.

\_\_\_\_\_. *Medium*: cpacentropopularaudiovisual. Manaus. Disponível em: <<https://medium.com/cpa-centro-popular-do-audiovisual>>. Acesso: maio de 2017.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 5a ed. São Paulo: Cortez, 2001.

COLFERAI, S. A; MONTEIRO, G. V. **Inquietações amazônidas**: considerações para uma abordagem enativa da comunicação. Revista Famecos, v. 23, n. 1. Porto Alegre, 2016.

CUNHA, Joana. De Boletim a Jornal Sem Terra: comunicação para avançar na luta por hegemonia. In: BASTOS, M; GONÇALVES, F. **Comunicação e disputa pela hegemonia**: a indústria cultural e a reconfiguração do bloco histórico. 1a ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

DORNELLES, Beatriz. **Divergências conceituais em torno da comunicação popular e comunitária na América Latina**. E-Compós. Brasília, 2007, p. 1-18.

EDELMAN Trust Barometer 2018. Disponível em: <<https://www.edelman.com/research/2018-edelman-trust-barometer>>. Acesso em: dez. de 2018.

FESTA, R. Movimentos sociais, comunicação popular e alternativa In: FESTA, R.; SILVA, Carlos E. Lins da (Org.). **Comunicação popular e alternativa no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1986, p. 9-30.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 2003.

FUNDAÇÃO Banco do Brasil. Disponível em: <<https://fbb.org.br/pt-br/sobre-nos-pt-br>>. Acesso em: maio de 2017.

FUNDAÇÃO Vitória Amazônica. **Nossa história**. Manaus, 02 de mar. de 2015. Disponível em <<http://www.fva.org.br/index.php/2015/03/02/nossa-historia/>>. Acesso em: mai. de 2017.

GENTILI, Pablo (ORG). **Pedagogia da Exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. Petrópolis: Vozes, 1995.

GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. **A cidadania negada**. 5a ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal e cultura política**. 2a ed. São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_. **Novas teorias dos movimentos sociais**. 2a ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

\_\_\_\_\_. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. 1a ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

\_\_\_\_\_. **Sociologia dos movimentos sociais**. 2a ed. São Paulo: Cortez, 2014.

GOMES, Maurília. **Ativismo social digital: a inserção dos movimentos sociais de Manaus nas redes on-line**. 2012. Dissertação de Mestrado em Comunicação - Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2012. Disponível em: <<http://tede.ufam.edu.br/>>. Acesso em: março de 2017.

GOMES, Alan. **Projeto experimental “Webdoc: Dez anos de Coletivo Difusão”**. 2016. Monografia em Comunicação Social - Jornalismo - Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2016.

GUARESCHI, P.; BIZ, O. **Mídia, educação e cidadania**. Petrópolis: Vozes, 2005.

INSTITUTO Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). **Amazônia**. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/amazonia>>. Acesso em: mai. de 2017.

INVENTAR COM A DIFERENÇA. *Facebook*: inventarcomadiferenca. Disponível em: <[https://facebook.com/inventarcomadiferenca?\\_rdc=1&\\_rdr](https://facebook.com/inventarcomadiferenca?_rdc=1&_rdr)>. Acesso em: jun. de 2018.

KAUFFMAN, Jean-Claude. **A entrevista compreensiva: um guia para pesquisa de campo**. Petrópolis: Vozes e Edufal, 2013.

KEILA. Projeto Mídia Índia dá voz para os povos indígenas nas redes sociais. In: **Imperatriz Notícias**. 22 de dez. de 2018. Disponível em: <<https://imperatriznoticias.ufma.br/entrevistas/projeto-midia-india-da-voz-para-povos-indigenas-nas-redes-sociais/>>. Acesso em: dez. de 2018.

KUNZLER, Caroline de Moraes. **A Teoria dos Sistemas de Niklas Luhmann**. Estudos de Sociologia: Araraquara, 2004. P.123-136.

LAURITI, Nádía C. **Comunicação e educação: território de interdiscursividade**. Núcleo de Comunicação e Educação, 1999.

LEVY, Pierre. **O que é o virtual**. São Paulo: Editora 34, 1996.

\_\_\_\_\_. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

MAPINGUANERD. **Quem somos**. Disponível em: <<https://www.mapinguanerd.com.br/quem-somos/>>. Acesso em: mai. de 2017.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 6a ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARQUES DE MELO, José. **Os caminhos cruzados da comunicação: política, economia e cultura**. Paulus, 2010.

MARTINO, L. C. De qual comunicação estamos falando? In: HOHFELDT, A.; MARTINO, L. C.; FRANÇA, V. V. (ORGs). **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MELIÀ, Bartomeu. **Educação indígena e alfabetização**. São Paulo: Edições Loyola, 1979.

\_\_\_\_\_. **Educação indígena na escola**. Caderno Cedes, ano XIX, n. 49. Campinas, 1999.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. Tradução Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2008.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2a ed. São Paulo: Cortez e Unesco, 2000.

MOVIMENTO dos Atingidos por Barragens (MAB). **Final da década de 70: os primeiros passos**. 01 de ago. de 2011. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/content/1-final-da-decada-70-os-primeiros-passos>>. Acesso em: jun. de 2018.

MOVIMENTO Sem-Terra. **Educação no MST: balanço 20 anos**. Secretaria Nacional. São Paulo, 2004.

MUSEU da Amazônia. **Estatuto Social do Museu da Amazônia – Musa**. Disponível em: <<http://museudaamazonia.org.br/pt/2016/01/23/estatuto/>>. Acesso em: mai. de 2017.

NEWMAN, Nic et. al. **Reuters Institute Digital News Report 2018**. Disponível em: <<http://media.digitalnewsreport.org/wp-content/uploads/2018/06/digital-news-report-2018.pdf?x89475>>. Acesso em: dez. de 2018.

NINJA. **Mídia Ninja**: o futuro é através da comunicação. 15 de out. de 2017. Disponível em: <<http://midianinja.org/news/midia-india-o-futuro-e-atraves-da-comunicacao/>>. Acesso em: dez. de 2018.

OBSERVATÓRIO do Direito à Comunicação. Disponível em: <[http://www.intervozes.org.br/direitoacomunicacao/?page\\_id=28545](http://www.intervozes.org.br/direitoacomunicacao/?page_id=28545)>. Acesso em: set. de 2017.

PARO, Vitor Henrique. **Educação como exercício de poder**: crítica ao senso comum em educação. 3a ed. São Paulo: Cortez, 2014.

PERUZZO, Cicilia Krohling. **Comunicação nos movimentos populares**: a participação na construção da cidadania. Petrópolis: Vozes, 1998.

PINTO, Renan Freitas (ORG) et al. **Ecosistemas Comunicacionais**: mídias na contemporaneidade. Manaus: Edua, 2017.

PINTO, Tânia Gondim de Freitas. **A Educação na Voz das Comunidades**. 2008. Dissertação Mestrado em Educação - Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2008. Disponível em: <<http://tede.ufam.edu.br/>>. Acesso em: março de 2017.

PIRES, Breiller. Do Ensino básico ao Enem, o que o ministro de Bolsonaro pode mudar na Educação. In: **EL PAÍS BRASIL**. São Paulo, 24 de nov. de 2018 Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/24/politica/1543016372\\_088607.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/24/politica/1543016372_088607.html)>. Acesso em: dez. de 2018.

ROSENBERG, Marshall B. **Comunicação não-violenta**: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais. São Paulo: Ágora, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A construção multicultural da igualdade e da diferença**. Centro de Estudos Sociais, 1999.

SERVIÇO Social do Comércio. **Sobre o Sesc**. Seção Amazonas. Manaus. Disponível em: <<https://www.sesc-am.com.br/home/sobre-o-sesc/>>. Acesso em: mai. de 2017.

SOUSA, Dayanne. Educação privada ainda testa relações com novo governo e tenta resgatar FIES. In: **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 27 de dez. de 2018. Disponível em: [<https://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,educacao-privada-ainda-testa-relacoes-com-novo-governo-e-tenta-resgatar-fies,70002658939>]. Acesso em: dez. de 2018

STEDILE, Miguel Enrique. Contradições inconciliáveis: forma estética e conteúdo social em “Brava Gente” (2004). In: BASTOS, M; GONÇALVES, F. **Comunicação e disputa pela hegemonia**: a indústria cultural e a reconfiguração do bloco histórico. 1 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

VÍDEO nas aldeias. Disponível em: <<http://www.videonasaldeias.org.br/2009/>>. Acesso em: jun. de 2018.

